



**COP-8 (8ª Reunião dos Países membros da Convenção sobre Diversidade Biológica)  
MOP-3 (3ª reunião dos Países membros do protocolo de Cartagena sobre Biossegurança)**

**MATÉRIAS E REPORTAGENS**

**“Só Lula salva a MOP3”**

México rejeita o consenso e bloqueia a Reunião; Greenpeace avalia que única saída é um pedido do Presidente brasileiro a Fox

*Valdeci Lizarte / 19horas e 40 minutos*

(Pinhais, PR, 17/03/2006) Só um telefonema do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente do México, Vicente Fox, pode salvar a 3ª Reunião dos Países membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3) de um fracasso. Em caso de falta de consenso, uma nova reunião, a MOP4, teria de ser convocada para que a questão fosse reaberta, adiando uma decisão que vem sendo debatida há mais de uma década

É o que afirmou nesta sexta-feira, em Curitiba, o diretor de Políticas Públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, sobre a única alternativa que sua organização vê para superar o impasse provocado pela delegação mexicana, que rejeita a identificação de “contém” no comércio internacional de produtos transgênicos.

## COP-8 E MOP-3



Leitão explica que a proposta foi aceita por 92 dos 97 países que participam da Reunião das Partes, exceto pelo Paraguai e México. Leitão acusa os dois países de estarem cedendo à pressão do lobby do Canadá, Estados Unidos e Argentina, que são grandes produtores e exportadores mundial de transgênicos e estariam interessados na desregulamentação sanitária sobre organismos vivos modificados.

“Como é necessário o consenso absoluto para se chegar a um acordo, fica fácil cooptar um ou outro país, contra a vontade da maioria dos países membros do Protocolo, fazendo prevalecer interesses meramente econômicos sobre aqueles que levam em conta a segurança ambiental do planeta”, explicou.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Biólogo quer código de ética em pesquisa da biodiversidade**

Brasil criou leis de respeito à diversidade biológica sem determinar padrões de conduta

*Adir Nasser Junior / 19horas e 15 minutos*

(Pinhais, PR, 17/03/2006) O biólogo Carlos Roberto Brandão, pesquisador do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo lançou hoje (17) durante a Biodiversidade – A Megaciência em Foco, encontro associado à 3ª reunião dos Países membros do protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), em Curitiba, a proposta de um código brasileiro de ética para estudo da biodiversidade. A iniciativa visa a evitar conflitos entre autoridades responsáveis pelo trabalho de preservação da biodiversidade e pesquisadores, particularmente biólogos, que, segundo Brandão, não contam com parâmetros éticos sistematizados e claros, no seu trabalho no dia-a-dia.

## COP-8 E MOP-3



De acordo com Brandão, o País vem se adaptando às resoluções da Convenção sobre Biodiversidade criando leis que disciplinam o uso da fauna e flora, mas sem dispor de um código de ética para as atividades de pesquisa. No lapso entre leis genéricas e os percalços do trabalho direto com exemplares vivos, diz o biólogo, foi aberto um campo fértil para o questionamento, inclusive do ponto de vista legal, do trabalho dos biólogos.

Segundo Brandão, os códigos disponíveis atualmente, não satisfazem as necessidades dos operadores da pesquisa em biodiversidade. A Declaração sobre Bioética e Direitos Humanos, da Unesco, trata mais diretamente da questão médica, e não da pesquisa biológica. Nem mesmo o Código de Ética do Conselho Federal de Biologia abrangeria a atividade do pesquisador.

Em seu artigo 15, o código afirma que “é vedado ao biólogo qualquer ato que tenha como fim precípua a prática de tortura ou outras formas de procedimentos degradantes, desumanos ou cruéis dirigidos à quaisquer formas de vida”. Por demais genérico e ambíguo, segundo Brandão, gera margens a várias interpretações e não resolve questões como o tratamento diferenciados a diferentes categorias de espécies, como entre mamíferos e insetos, por exemplo.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Impasse sobre transgênicos pode contaminar COP8**

Ongs temem que a polêmica sobre os OGMs ofusque outros debates

*Valdeci Lizarte e Eduardo Nunes / 18horas e 55 minutos*

## COP-8 E MOP-3



(Pinhais, PR, 17/03/2006) Caso o impasse entre os países que participam em Curitiba da 3ª Reunião dos Países membros do Protocolo de Cartagena sobre Biodiversidade (MOP3) em definir se os organismos transgênicos vão passar a ser identificados com a expressão "contém" ou "pode conter" não seja superado, o assunto pode contaminar a reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (MOP8) e prejudicar a discussão de outros temas importantes.

A opinião é de ativistas de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras e internacionais, que têm acompanhado a MOP3 e que permanecerão no Paraná para acompanhar a Reunião dos Países membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8). No encontro, serão debatidos, por exemplo, a liberação ou não de testes com as sementes "terminator" e o acesso e a repartição dos benefícios oriundos da exploração dos recursos naturais.

Para o secretário-executivo do Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente (FBOMS), Temístocles Marcellos, a questão da rotulagem pode impedir o avanço dos temas. Ele explica que o Brasil é um dos países interessados na definição sobre a divisão dos benefícios dos recursos naturais e deve enfrentar resistência de países da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. "Será um embate duro entre os países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento", afirmou.

No caso da liberação para testes das chamadas sementes "terminator", que não se reproduzem, a disputa será entre o interesse das grandes multinacionais e do agronegócio contra o dos povos. "O lobby deles vai pressionar muito as delegações para que haja a permissão dos testes", afirma.

## COP-8 E MOP-3



De acordo com Gabriel Fernandes, da ONG Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA), Gabriel Fernandes, a posição dos ambientalistas será pela defesa da manutenção da moratória internacional para qualquer uso de sementes “terminator”.

Já o WWF-Brasil estará com uma exposição sobre a Expedição ao Rio Jari – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, além de dois documentos para discussão. O primeiro trata de compensações ambientais e outro, do uso da terra e mudanças climáticas. Além disso, haverá um evento da rede WWF nos dias 20 e 21 para discutir os impactos das mudanças climáticas na Amazônia.

No Dia Internacional da Água (22), a Agência Nacional das Águas (ANA) promoverá a exposição itinerante “Águas para a Vida, Águas para o Futuro”, que vai reunir estudantes de escolas públicas do Paraná com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Já o Greenpeace informou que o acesso e a repartição dos benefícios, além da pesca de arrastão (bottom trawling) e as unidades de conservação terrestres e marinhas serão foco de intensos debates.

Além destes temas, também haverá discussões sobre a diversidade biológica das ilhas oceânicas e de terras áridas e sub-úmidas; a iniciativa mundial sobre taxonomia (classificação sistemáticas dos seres vivos); a aplicação de um plano estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica; o monitoramento do progresso rumo ao objetivo de 2010 (redução significativa das atuais taxas de perda da biodiversidade); o aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio (financeiros, transferência de tecnologias, capacitação entre outros) e os efeitos das mudanças climáticas durante a COP8, que acontece até o dia 31, em Curitiba.



### **MOP3 tem recorde de participação**

Secretário da CDB ressalta que a proposta brasileira foi definida pelo Presidente do País sede, fato inédito na história da Convenção

*Rodrigo Morosini / 16horas e 50 minutos*

(Pinhais, PR, 17/03/2006) O secretário-executivo da Convenção sobre Biodiversidade, Ahmed Djoghlaif, ressaltou nesta sexta-feira a contribuição do Brasil para que um consenso seja alcançado na 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3). "É a primeira vez que um presidente da República se envolve diretamente numa questão específica da MOP. O texto apresentado pela ministra (do Meio Ambiente), Marina da Silva, representou grande contribuição para os debates", salientou Ahmed traduzindo o texto como "flexível".

O secretário ressaltou o número recorde de participantes em Curitiba – cerca de mil participantes, mais do que o dobro da última edição no Canadá, em 2005 – e de decisões, que ao final dos trabalhos devem chegar a 22 definições sobre temas do protocolo.

Participam da MOP3 97 países com direito a tomar parte das decisões e outros 13 que assinaram a Convenção, mas não a ratificaram. Entre eles estão os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá, que têm exercido pressão informal sobre o México e o Paraguai, para que a definição seja pelo "pode conter" transgênicos nas cargas internacionais.

Ahmed também adiantou que a 8ª Reunião dos Países membros da Convenção sobre Biodiversidade (COP8) deve ser a maior desde o início da Convenção, com mais de três mil participantes.

## COP-8 E MOP-3



“A COP6 teve mais de 2100 participantes e a COP7, cerca de 2300. Além deste número recorde – assegurado até o momento com 2669 inscrições – Curitiba terá o encontro de 96 ministros” afirmou, ao comparar números com os das duas últimas edições, que tiveram menos de 20 ministros.

O secretário reforçou seus elogios ao governo brasileiro e, citando a ministra Marina Silva, traçou uma perspectiva do que deve ocorrer após os dois encontros. “Em Joanesburgo, mais de 110 chefes de Estado se comprometeram a interromper a taxa de perda da biodiversidade. Como disse a ministra Marina ‘chegou a hora da decisão’, ou seja, o momento de seguir pelo mapa que estamos desenhando”, sublinhou.

A atenção aos países mais pobres e que não têm condições de implementar o Protocolo também foi tema do discurso de Djoghlaif, que relacionou os investimentos do Fundo Global para o Meio Ambiente (ou GEF, da sigla em inglês) para estas nações. “O Gef direcionou US\$ 60 milhões para ajudar 120 países mais pobres e US\$ 8 milhões para viabilizar o acesso destes países ao Centro de Informações, imprescindível para aplicação do protocolo”, informou.

Segundo Ahmed, a reunião também será oportunidade para se discutir a gripe aviária. “É um tema importante, uma pandemia que já atingiu 196 pessoas em 27 países e que merece nossa atenção porque na mudança de estação cerca de 2,3 milhões de aves retornam dos continentes vizinhos da Europa para os seus países”, explicou. A reunião sobre a pandemia deve ocorrer no domingo, após o fim das negociações da Mop3.



## **Organizações divergem sobre transgênicos na África**

Apenas dois países regulamentam o plantio de OGMs no continente

Marina Koçouski / 16horas e 40 minutos

(Curitiba, PR, 17/03/2006) – Apesar de apenas dois países africanos regulamentarem o uso de transgênicos no continente, organizações não governamentais dos EUA recomendam que os países da região adotem os cultivos geneticamente modificados.

Contrário à posição de ongs africanas, o norte-americano Niger Innis, do Congress of Racial Equality (Congresso de Igualdade Racial), defende a implementação de biotecnologia na África. Ele considera que esta é uma forma de aumentar a eficiência dos cultivos naquele continente e também reduzir o problema da fome.

De acordo com Innis, a África está dividida em três blocos, em relação à legislação sobre transgênicos. A África do Sul e o Egito têm regulamentação que permite o plantio, Uganda e Etiópia proíbem e os demais países estão não têm legislação específica.

Para ele, a biotecnologia seria uma aliada do continente africano, onde agricultores dispõem de poucos recursos para plantar e há regiões que sofrem com fortes estiagens. “Os agricultores na África não têm dinheiro para comprar agrotóxicos. As sementes transgênicas são mais resistentes. Sairia mais barato para o agricultor utilizar este sistema, com menor quantidade de agrotóxicos”, considera.

Questionado sobre a possibilidade de os transgênicos suportarem agrotóxicos mais fortes ou em maior quantidade, o que seria prejudicial à saúde humana, Innis considerou que “não faria sentido a





biotecnologia fazer um produto que iria prejudicar o ser humano. Também não teria vantagens em o agricultor pagar pela semente e ainda ter que gastar o mesmo que ele gastaria com os agrotóxicos”.

Para o nigeriano Nimmo Bassey, da ONG Friends of The Earth (Amigos da Terra), há uma campanha muito agressiva das indústrias de biotecnologia na África sustentando que os transgênicos irão resolver o problema da fome, o que ele considera incoerente.

“Dez anos de pesquisas nossas mostram que as indústrias de biotecnologia são as únicas que ganham com este tipo de plantio. No Quênia, foi anunciado que a plantação de batata BT (geneticamente modificado) iria acabar com o problema da falta de batata naquele país. Sem resultados, o experimento foi abandonado”, exemplifica.

Mariam Mayet, da ONG African Center for Biosafety (Centro Africano de Biossegurança), da África do Sul, um dos dois países africanos que permitem o plantio de transgênicos, diz que mesmo os países muito pobres estão pedindo certificado de que são livres de transgênicos. Além disso, estão recusando os programas de ajuda alimentar estrangeiros, que seriam uma forma de entrada de transgênicos no continente. “O público não está a favor de consumir isso”, diz ela.

Innis, entretanto, discorda. “A população está morrendo de fome e não quer saber se o alimento é transgênico ou não. Esta é uma questão política que divide a África entre Europa e Estados Unidos. A Europa subsidia seus agricultores e não quer concorrências.

## COP-8 E MOP-3



Coordenadora da sessão final da MOP3 precisou ser incisiva para que as delegações mexicana e paraguaia deixassem de resistir a um acordo sobre a rotulagem de transgênicos

*Aldem Bourscheit* / 14horas e 50minutos

(Pinhais, PR, 17/03/2006) – No último dia previsto para a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), em São José dos Pinhais (PR), na região metropolitana de Curitiba, as delegações do México e do Paraguai ficaram isoladas e contrariaram a vontade de outros países que desejam uma identificação completa para o comércio internacional de Organismos Vivos Modificados (OVMs), como grãos de soja, milho e canola geneticamente modificados para alimentação humana, animal ou processamento.

Hoje, foi apresentado no plenário do evento uma proposta praticamente sem colchetes (que representam aqueles pontos em que não há consenso) fechada durante a última noite por um número reduzido de delegações. O texto prevê o uso das expressões “contém” e “pode conter” (OVMs) para exportações e importações de produtos geneticamente alterados até a MOP5, em 2010, quando o sistema seria avaliado.

Depois, possivelmente em 2012, os países membros do Protocolo de Cartagena, segundo a proposta, devem adotar em definitivo o “contém” e uma identificação detalhada dos produtos que passam por suas fronteiras.

Líder da delegação mexicana na MOP3, Marco Antonio Meraz Ríos tem se mantido firme contra qualquer possibilidade de acordo. Contrariando os procedimentos do evento, México e Paraguai tentam mudar a proposta definida nos últimos dias. No entanto, os membros governistas da delegação brasileira acham que o entrave paraguaio pode ser superado a partir de um novo posicionamento mexicano.

## COP-8 E MOP-3



“É um enorme espanto ver delegações ainda tentando alterar um texto que estava ‘limpo’. É essa a maneira de lidar com essas questões? Existe forte dificuldade de trabalhar nessas circunstâncias”, ressaltou o ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, do departamento de Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Ríos, talvez demonstrando sua falta de habilidade para chegar a um consenso com outras nações, iniciou seu pronunciamento com o microfone desligado. A reação da norueguesa que preside os trabalhos da MOP3, Birthe Ivars – “México, aperte o botão!” – arrancou risos e palmas das demais delegações, já irritadas pela falta de objetividade dos mexicanos.

O Peru, que foi alvo de protestos nesta manhã por também ser contrário à proposta de origem brasileira, mudou de opinião. União Européia, Japão, Etiópia e Venezuela também se juntaram à iniciativa que pede o detalhamento completo do comércio de OVMs. “A posição mexicana nos surpreendeu. Espero que o País reconsidere”, disse o etíope Tewolde Berhan Gebre Egziabher, Prêmio Nobel Alternativo em 2000, e um dos negociadores mais respeitados internacionalmente no debate sobre diversidade biológica e biossegurança.

Apesar do apoio à proposta de consenso, as posições de México e Paraguai precisam mudar para que a MOP3 contribua para o cumprimento do Protocolo de Cartagena. Afinal, não há votações em discussões como essa. Todas as decisões só podem ser tomadas por consenso. Se apenas um dos membros se recusar a alcançá-lo, não se sai da estaca zero.

Uma alternativa seria os dois países intransigentes registrarem sua contrariedade ao texto, mas não bloquearem um acordo. O plenário prossegue com as negociações nesta sexta-feira.

## COP-8 E MOP-3



Na MOP3, está em jogo um acordo global para a criação de regras com influência no comércio internacional que garantam a preservação da biodiversidade, além de questões ambientais e de saúde pública. Organizações ambientalistas afirmam que a movimentação descontrolada de grãos geneticamente modificados pode causar contaminação e perda de plantas nativas.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Agricultores temem a contaminação do milho**

Ato defende a preservação das variedades caboclas do cereal

*Valdeci Lizarte / 13horas e 30 minutos*

(Curitiba, PR, 17/03/2006) Agricultores brasileiros e filipinos realizaram nesta quinta-feira, durante a 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (COP3), em Curitiba, um ato contra o cultivo do milho transgênico e em favor da preservação das variedades caboclas do cereal. Eles alertaram para o fato de que, além do risco de contaminação, o plantio do milho geneticamente modificado pode fazer com que as variedades caboclas utilizadas atualmente desapareçam.

O ativista Luiz Cláudio Bona, da organização não-governamental Assessoria de Projetos para Agricultura Alternativa (AS-PTA), lembrou a situação atual do México, onde boa parte das variedades aprimoradas naturalmente pelos agricultores durante séculos está contaminada. "Por isso estamos alertando aos governos de todos os países da América do Sul para que não permitam que isso ocorra aqui, porque a contaminação é definitiva", disse.

## COP-8 E MOP-3



O pequeno agricultor Policarpo Albino Klina, da localidade de Lontrão (PR) disse que teme a contaminação do milho porque o cereal é a base da alimentação das famílias dos pequenos produtores. "E ele vai tirar nosso independência de plantar as nossas sementes.", disse.

Já o agricultor Pedro de Deus Altamiro, de Rebouças (PR) explica que planta milho para seu consumo na pequena propriedade de três hectares. Ele está preocupado que o cultivo da variedade geneticamente modificada do milho pelo vizinhos possa no futuro contaminar sua roça. "Além de envenenar o meio ambiente, vamos envenenar quem comer o milho também", defendeu.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Jovens também querem identificação de cargas de transgênicos**

Grupo formado por estudantes de universidade paulista e americana pretende pressionar países que ainda optam pelo "pode conter"

*Rodrigo Morosini / 13horas e 15 minutos*

(Curitiba, PR, 17/03/2006) Com o lema "Este documento contém nosso futuro", o grupo Jovens na 3ª Reunião dos Países membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3) reforçou a mobilização civil para que o consenso pela opção "contém" seja alcançado. Tema mais polêmico do encontro, a identificação de organismos geneticamente modificados (OGMs) pode ser pelo termo "contém", conforme proposta da delegação brasileira, que necessita de testes mais rigorosos ou "pode conter", mais flexível.

## COP-8 E MOP-3



O grupo é formado por estudantes de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e de cursos relacionados a estudos do meio ambiente da Universidade do Atlântico, dos Estados Unidos.

“Esperamos que não ocorra aqui o mesmo que aconteceu em Montreal. Queremos uma decisão que não atenda apenas a indústria, porque os delegados que estão aqui devem saber que também representam o povo do seus países”, ressaltou

Juan Hoffmaister, da Costa Rica, referindo-se ao retrocesso das negociações, em 2005, quando o Brasil e a Nova Zelândia fizeram proposta antagônica à que foi apresentada agora.

Para os integrantes do grupo que vieram dos Estados Unidos, a mobilização demonstra que existem pessoas do seu país interessada na conservação do meio ambiente. “Estamos frustrados não só pelo nosso país não ser signatário deste Potocolo, mas por não ser também de todos os outros que defendem o noss planeta”, afirmou Elsie Flemings.

Os jovens brasileiros manifestaram desagrado pela posição do Paraguai, que tende a optar pelo ‘pode conter’. “Sabemos dos casos de produtores orgânicos que souberam da contaminação com OGMs apenas quando foram fazer o teste de isenção de agrotóxicos dos seus produtos”, alerta a estudante Natália Pereira Oliveira.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

**Cientistas querem que serviços ambientais financiem Convenção da Biodiversidade**

## COP-8 E MOP-3



Alternativa seria uma combinação com o regime de repartição de benefícios, considerada difícil de ser implementada e de baixo retorno

*José Alberto Gonçalves / 13horas*

(Curitiba, PR, 17/3/2006) - O baixo grau de implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica virou uma das maiores preocupações dos cientistas envolvidos em pesquisas sobre a biodiversidade. Alguns já discutem idéias que possam tirar a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) do impasse. A CBD é considerada o maior acordo mundial já feito em torno de uma questão ambiental, com a adesão de 188 partes (187 países mais a União Européia).

Para o pesquisador alemão Christoph Häuser, do Museu de História Natural de Stuttgart, na Alemanha, e coordenador de um grupo de assessoramento do Secretariado da CDB para a Iniciativa Global de Taxonomia, é hora de começar a pensar em um esquema global de remuneração pelos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas, com impacto tão forte quanto os mecanismos do Protocolo de Quioto.

Entre os serviços ambientais, podem ser lembrados a produção de água, o equilíbrio climático e a conservação de paisagens. Häuser, que diz não saber ainda como o esquema poderia funcionar, é cético quanto à proposta de repartição de benefícios gerados pelo acesso aos recursos genéticos, um dos três principais objetivos da CDB, aprovada na Rio-92.

“É um mecanismo tão limitado e difícil para implementar que levaria anos para se tornar realidade, com um retorno financeiro muito pequeno”, disse Häuser, que está em Curitiba participando do seminário “Biodiversidade – A Megaciência em Foco”, evento associado à COP8 promovido pela Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), outras associações científicas nacionais e 40 internacionais.

## COP-8 E MOP-3



Para o pesquisador Carlos Brandão, do Museu de Zoologia da USP, de São Paulo, o princípio da repartição dos benefícios é louvável, mas difícil de ser operado. Segundo ele, o conhecimento tradicional sobre o uso de determinada substância extraída de uma planta ou de um animal para curar uma doença, por exemplo, muitas vezes está presente em diferentes etnias indígenas.

“Nesse caso, com quem os benefícios seriam repartidos?”, comenta Brandão, que também participa do seminário dos cientistas. Talvez, diz o pesquisador, os benefícios poderiam ser remetidos a um fundo nacional para aplicação em projetos de conservação da biodiversidade e apoio às comunidades tradicionais.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Lançado programa de conservação da biodiversidade em locais sagrados**

Meta do projeto, a ser divulgado na COP8, é interromper a perda de diversidade biológica até 2010

*Jaime Gesisky / 12horas e 30 minutos*

A realização da 8ª Reunião dos Países membros da Convenção sobre Biodiversidade (COP8) motivou uma iniciativa internacional para conservar antigos locais sagrados baseada na crença de que tais pontos culturais espalhados pelo Planeta podem ser o eixo de uma política de recuperação da diversidade biológica mundial. O projeto Conservação da Riqueza em Biodiversidade de Áreas Ambientais Sagradas será divulgado na COP8, que vai de 20 a 31 de março, em Curitiba.



## COP-8 E MOP-3



Especialistas indicaram diversos locais para receber projetos-piloto. Entre eles estão o Deserto de Chihuahuan, no México, que civilizações antigas acreditavam ser a origem do sol, e uma rede de cavernas que contêm esqueletos antigos nas florestas Kakamega, no Quênia, veneradas pelos povos Taita e Luhya.

Também estão na mira da campanha o Monte Ausangate, nos arredores da montanha Vilcanota, no Peru; a área para rituais em Puntayachi cercada pela rica biodiversidade da região de Cayanpi; no Equador, um arquipélago tem praias e mangues utilizados exclusivamente para rituais; e as florestas do distrito de Kogadu, na Índia, que possuem raízes nas tradições artísticas e culturais da região.

O projeto é apoiado pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e grupos de populações indígenas, como a fundação criada na Guatemala pela ganhadora do prêmio Nobel da Paz, Rigoberta Menchu. Também já está assegurada uma contribuição do Global Environment Facility, um fundo mantido por países ricos e instituições multilaterais. Já foram arrecadados U\$ 1.7 milhões necessários para o início das ações junto a organizações de conservação, agências da ONU além de governos como o do México.

“Há evidências claras e cada vez maiores de uma ligação entre diversidade cultural e biodiversidade, entre a reverência à terra e uma localização, uma região que geralmente possui plantas e animais únicos”, disse Klaus Toepfer, diretor executivo do PNUMA. Segundo ele, os locais sagrados também estão sob ameaça e ajudar populações indígenas, tradicionais e locais a salvaguardar suas heranças pode auxiliar na conservação da diversidade biológica e genética desses povos.

Em 2002, na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Johannesburgo, África do Sul, os governos participantes se comprometeram em reverter a taxa de perda de biodiversidade até 2010.

## COP-8 E MOP-3



Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Mesmo após uma madrugada de negociações, consenso ainda está longe**

Artigo que trata da identificação dos OGMs ainda ocupa a pauta deste último dia de MOP3

*Rodrigo Morosini / 12horas*

(Curitiba, PR, 17/03/2006) A secretária da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biodiversidade (MOP3), Cyrie Sendashonga, disse na manhã desta sexta-feira que apenas um item ainda exige mais debates e coloca em risco o fim das negociações ainda hoje: o parágrafo 18. 2.A do Protocolo, que trata da identificação de organismos geneticamente modificados.

“No geral, os debates caminharam bem. Sabíamos que o 18.2.A daria mais trabalho. Na última MOP também atravessamos a noite para chegar a um consenso sobre os temas polêmicos”, afirmou a secretária ao informar que as discussões iniciadas na quinta-feira se estenderam até as 7 horas dessa sexta.

“Esperamos encerrar todos os trabalhos ainda hoje”, completou sem descartar a possibilidade do debate continuar madrugada adentro.

A rotulagem é o tema mais polêmico desde o início da MOP3. A identificação com o termo ‘contém’ que exige testes rigorosos e o ‘pode conter’, mais flexível, colocou países como o Brasil - que decidiu pelo ‘contém’ durante a semana - México e Nova Zelândia, que optam a princípio pela segunda

## COP-8 E MOP-3



alternativa, têm figurado no centro das discussões. Caso não seja alcançado um consenso, a discussão será postergada para próxima MOP.

Reservadamente, entretanto, alguns negociadores levantam a possibilidade de as discussões da MOP3 se estenderem durante a realização da 8ª Conferência dos Países Membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8), que acontece também em Curitiba de 20 a 31 de março.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Pesquisadores querem democratizar a CDB**

Professores do Canadá, país-sede do secretariado da Convenção, vão pressionar entidade pela realização de debates públicos

*Valdeci Lizarte / 19horas e 40 minutos*

(Curitiba, PR, 16/03/2006) As organizações da sociedade brasileira e das demais nações que participam da 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), em Curitiba, não possuem canais eficientes para participar das decisões que as delegações diplomáticas assumem e defendem em nome da população de seus países.

Essa é a constatação dos professores e estudantes universitários, agricultores e empresários de diversas nacionalidades que nesta quinta-feira se reuniram no fórum A Participação da Sociedade Civil nas Negociações e nas Celebrações de Tratados, organizado pelo Centro de Estudos em Direito Internacional da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

## COP-8 E MOP-3



“O que vemos na MOP são governos que falam em nome do povo, mas o povo não está aqui. A sociedade civil organizada está aqui, mas sequer obtém acesso para os auditórios onde estão sendo tomadas as decisões que vão interferir diretamente nas suas vidas. A sociedade sequer sabe quem está discutindo em seu nome”, afirmou a professora e coordenadora do Centro, Tatiane Scheila Friedsch.

Ela também questionou a pouca participação da comunidade no evento. “Pesquisadores da Universidade de São Paulo tentaram conversar com membros de delegações sulamericanas e sequer foram recebidos”, citou como exemplo.

Durante o encontro, Tatiane propôs que as universidades públicas brasileiras se unam para tentar ampliar sua participação em futuros eventos. Membros de universidades canadenses, país que sedia o secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), propuseram pressionar o órgão para a participação mais democrática da comunidade acadêmica mundial.

“Queremos participar das discussões. No caso da identificação de transgênicos, por exemplo, a discussão está restrita ao ponto de vista comercial dos países e empresas. Há pouca visibilidade para a questão ambiental e a saúde do consumidor”, disse Ivonete Ferreira, acadêmica de Relações Internacionais da Unibrasil.

Marcos Reis Magalhães, mestrando da Faculdade de Direito de Brasília (UNB), lembrou a falta de interesse do povo brasileiro nas discussões. “As pessoas não sabem o que está sendo discutido aqui e da importância dos resultados para suas vidas. Poucos sabem o que é CDB, ONU ou até mesmo biodiversidade. Então o que vemos no COP é um pequeno clero decidindo os rumos da maioria”, disse.



**Conama recomenda plano de áreas protegidas ao governo brasileiro**

*Adir Nasser Junior / 19h30min*

Curitiba (PR) / 16.03.2005 - A 47ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), realizada hoje no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, aprovou uma recomendação ao Governo Federal para a criação do *Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)*.

Hoje, 8% do território brasileiro é constituído por parques, reservas e estações ecológicas. Com o Plano, seriam valorizadas também áreas indígenas e de quilombolas e ainda haveria mecanismos para, simultaneamente à conservação, serem realizadas atividades de combate à pobreza. Isto se daria por meio do uso sustentável dos recursos, valorização do conhecimento tradicional das comunidades e dos produtos da biodiversidade.

Com a implementação do PNAP, o governo terá criado seu instrumento de preservação da biodiversidade, segundo o que determinou a 7ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP7), pelo qual os países-membros se comprometiam a realizar atividades coordenadas sobre áreas protegidas a fim de frear o decréscimo da taxa de biodiversidade, que hoje é de 100 vezes maior que as taxas naturais. "O plano segue determinações da Convenção, que prevê que até 2015 os países estabeleçam planos para conter a redução da biodiversidade", informou o diretor do Conama, Nilo Diniz.

A principal crítica ao plano foi feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A conselheira

## COP-8 E MOP-3



representante da entidade, Patrícia Boson, disse que o setor empresarial não fora ouvido na elaboração da proposta e que, por outro lado, ele não se constituiria num plano, já que faltariam elementos como metas. Pela proposta, estes detalhamentos só entrariam após um levantamento de representatividade a biodiversidade brasileira.

Conforme Iara Vasco, gerente de Articulação Institucional da Diretoria do Programa de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, as metas do Brasil só serão traçadas num segundo momento do plano, juntamente com os mecanismos de ação. A base para os estudos de áreas de conservação será o conjunto atual de remanescentes de biomas e áreas prioritárias para a biodiversidade; contudo, atualmente, não há um estudo consolidado. De acordo com Iara, o que se sabe é que entre áreas de preservação permanente, unidades de conservação e áreas indígenas somam 40% do território brasileiro.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Marina: Brasil não cederá no "contém"**

Ministra diz que Brasil deve se preparar para evitar barreiras não-tarifárias nos quatro anos de transição para novo modelo de identificação de transgênicos

*Aldem Bourscheit / 19horas e 30 minutos*

(Curitiba, PR, 16/03/006) A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, acredita que, mesmo sem um consenso quanto à identificação de produtos geneticamente modificados para exportação ou importação, o Brasil sairá fortalecido da *3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre*

## COP-8 E MOP-3



*Biossegurança (MOP3)*, que termina amanhã, em Curitiba (PR). Marina Silva era uma presença esperada nesse penúltimo dia de debates para dar um novo rumo às negociações, ainda desfavoráveis ao País.

Conforme a ministra, a proposta apresentada na MOP3 resolveria um impasse que se estende desde uma reunião em Montreal (Canadá), realizada em 2005.

Na ocasião, o País defendeu justamente o contrário do que hoje coloca na mesa de negociações. Alinhado à Nova Zelândia, o Brasil trabalhava pela adoção do "pode conter", uma identificação pouco precisa tecnicamente para cargas de produtos como soja e milho geneticamente modificados que entrariam e sairiam dos países.

"A nova proposta, pelo 'contém' faz com que outros países tenham que assumir suas posições. É uma grande vitória", disse Marina Silva. Ela afirmou que o País não cederá nas negociações, a não ser no prazo de implementação das regras de identificação de organismos geneticamente alterados. Segundo Marina, o Brasil não irá retroceder em hipótese alguma.

Já contando com uma possível aprovação dos interesses brasileiros, Marina Silva disse que a experiência do Brasil nesses processos é de "ser firme". "O Brasil deve se preparar nesses quatro anos para evitar barreiras não-tarifárias e possibilitar um modelo de coexistência entre o uso de sementes comuns e transgênicas",  
completou.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

## **Brasil lança fundo para compensação ambiental**

## COP-8 E MOP-3



Caixa Econômica Federal receberá recursos que serão aplicados em unidades de conservação em todo o País

*Adir Nasser Junior / 19h*

Curitiba (PR) / 16.03.2005 - Um acordo assinado hoje entre a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o diretor-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, criou o *Fundo Nacional de Compensação Ambiental (FNCA)*. O fundo será formado por recursos da taxa de compensação ambiental, de pelo menos 0,5% do valor de empreendimentos com grande impacto ambiental, para investimentos na recuperação e consolidação de áreas protegidas, como parques e reservas.

A compensação ambiental é prevista na *Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)*, em vigor desde 2000, que impõe às empresas o investimento de pelo menos 0,5% do valor de uma obra de significativo impacto ambiental em unidades de conservação como compensação de danos. O dinheiro da compensação não entra nos cofres públicos.

O FNCA seria o primeiro de seu gênero na América Latina. Até 2008, conforme o governo, devem ser captados R\$ 350 milhões. Essa quantia representa quase 70% do que o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (*GEF*, do inglês *Global Environment Facility*) destinaria a alguns países no mesmo período. De acordo com Marina Silva, além de dar mais transparência ao processo, o fundo livraria grandes investidores de investir diretamente em ações estranhas às suas atividades normais. "Esta ferramenta inova ao desonerar os investidores da aplicação direta", afirmou.

O funcionamento do fundo é opcional, por adesão, e investidores obrigados a contribuir com a compensação ambiental podem continuar fazendo isso diretamente. Com a iniciativa, também é esperada



## COP-8 E MOP-3



uma redução drástica no prazo de 12 a 18 meses que, em geral, é necessária para que recursos beneficiem unidades de conservação.

**Controle Social** - Outra grande vantagem do FNCA seria a transparência. Além do empreendedor e do Ibama, qualquer pessoa poderá acessar o portal *Gov Corporativo* da Caixa e acompanhar os investimentos feitos com os recursos da compensação.

O fundo entrará em operação após os primeiros depósitos de empresas que obtêm licenças ambientais para hidrelétricas, termolétricas, gasodutos, entre outras obras de infra-estrutura.

\* *colaborou Sandra Sato/Ibama*

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Exposição mostra diversidade artística**

ONGs e empresas privadas ligadas ao meio ambiente trocam experiências

*Marina Koçouski / 18h45min*

Curitiba (PR) / 16/03/2003 – A artista plástica Cibele Krukoski usa técnicas apuradas para transformar “frutos da violência urbana” como restos de vidros de carros arrombados e garrafas quebradas em arte. “Quero mostrar para as pessoas como uma coisa ruim, considerada lixo, pode ser transformada em coisas boas”, disse.

A expositora é um dos muitos artistas presentes na área de exposições da *3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3)*, que se encerra amanhã (17) em Curitiba. O evento

## COP-8 E MOP-3



está servindo como palco para a troca informações e experiências entre participantes de mais de uma centena de países. O mesmo everá acontecer na *8ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8)*, que começa na próxima segunda-feira (20).

Os expositores representam 95 instituições, mais de 90% delas organizações não-governamentais. O restante são empresas privadas. A expectativa é que 20 mil pessoas visitem o local até o dia 29. Dos 23 mil metros quadrados do centro de eventos, 6 mil metros quadrados são usados pela exposição. “É uma oportunidade para que ONGs e fundações ligadas ao meio ambiente possam ser vistas pelo mundo todo”, disse Janete Floriano, coordenadora da Área de Exposição.

Janete explica que as participações são apenas institucionais, ou seja, não é permitida a comercialização, exceto de livros e de CDs. Mesmo assim, para algumas empresas e entidades, o espaço serve como vitrine para divulgação de seus trabalhos e produtos, especialmente os chamados “ecologicamente corretos”.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Embrapa quer “zona de exclusão” para culturas transgênicas**

Objetivo é preservar as variedades existentes no País de uma possível contaminação por cultivos geneticamente modificados

*Eduardo Nunes / 18horas e 45 minutos*

## COP-8 E MOP-3



(Curitiba, PR, 16/03/2006) A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apresentou durante a 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança o projeto de criação de “zonas de exclusão” para o plantio de algodão, batata, feijão e mamão geneticamente modificados.

O objetivo é preservar as variedades existentes no País de um possível cruzamento genético com transgênicos, uma vez que o Brasil é um centro de diversidade destas culturas – ou seja, a planta foi introduzida aqui, adaptou-se e produziu variedades locais.

“E como ainda não temos pesquisas que mostrem no que um possível cruzamento genético pode resultar, o melhor é isolar algumas áreas para prevenir”, justificou a pesquisadora Eliana Fontes, do setor de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa

Embrapa, segundo Eliana, mapeou os locais de diversidade genética destas culturas. “Fizemos coletas de sementes, que estão sendo conservadas a frio em bancos de germoplasma por até 40 anos. Estamos plantando estas sementes em bancos de germoplasma no Centro de Plantações, no Nordeste e vamos proibir o plantio em áreas ao redor, fazendo uma ‘zona de exclusão’ para proteger o germoplasma nativo destas culturas”, explicou ela, que coordena o projeto relativo à cultura do algodão.

“Alguns países, como Egito, Coreia do Sul e Rússia, manifestaram interesse em discutir com mais profundidade o funcionamento do projeto. Nesta parte de capacitação interna, estamos bem avançados em relação aos demais países em desenvolvimento”, comentou. Estados Unidos e Austrália também mantêm projetos semelhantes, proibindo o plantio de algodão transgênico em determinadas áreas.

No caso do algodão, a pesquisadora explicou que um dos pontos analisados foi a possibilidade do fluxo de genes (pólen), ou seja, da fecundação cruzada entre o algodão transgênico e as variedades existentes no Brasil. “Como temos espécies que não são mais cultivadas, tínhamos a preocupação de conservar este

## **COP-8 E MOP-3**



germoplasma não só contra os transgenes que foram introduzidos nas plantas modificadas geneticamente, mas também com relação às variedades melhoradas. Estas vão perdendo algumas características importantes na medida em que sofrem melhoramento genético”, disse. Este germoplasma é estratégico para o futuro da cultura e para o melhoramento genético do algodão. A Embrapa, segundo ela, ainda estuda a distribuição da diversidade genética do algodão no Brasil.

Por conta disso, foi feita uma proposta restritiva para proteger os locais onde se encontram estas populações naturais de outras espécies de algodão que ocorrem no país. “A maior parte destas áreas concentra-se na Amazônia Legal, ao Norte do Mato Grosso, no Pantanal, Pará, Piauí e no Nordeste”, contou Eliana.

### **Estrutura**

Quatorze centros da Embrapa compõem a Rede de Pesquisa em Biossegurança de Plantas Transgênicas (BioSeg), que é responsável pelo desenvolvimento técnico do projeto. Mais de 100 pesquisadores estão envolvidos.

De acordo com Eliana, cabe ao Ministério da Agricultura, ao qual a Embrapa está ligada, implementar o projeto, fiscalizar e impedir o plantio nestas áreas. Um financiamento no valor de R\$ 4 milhões está previsto para os próximos quatro anos para as quatro culturas. A verba vem da Embrapa e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O projeto, que foi aprovado em março de 2005 pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), está sendo implementado no Brasil desde outubro passado. A CTNBio é um órgão ligado ao

## COP-8 E MOP-3



Ministério da Ciência e Tecnologia e responsável pela análise de risco da liberação de plantas transgênicas no meio ambiente e para o comércio no Brasil.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **ONGs alertam sobre riscos das sementes “suicidas”**

Para pesquisadores, as sementes estéreis tornam pequenos produtores reféns de empresas de biotecnologia

*Rodrigo Morosini e Juliana Reis / 17h45min*

As organizações não-governamentais *EcoNexus*, *Third World Network*, *Unnayan Bikalper Nitinirdharoni Gobeshona* (algo como “Pesquisa e Política para o Desenvolvimento de Alternativas”) e *Erosion, Technology and Concetration (ETC Group)* apresentaram hoje uma campanha global que pede o fim das sementes *Terminator* (Exterminador, em inglês). A semente “suicida” é uma variedade geneticamente modificada que obriga o agricultor a comprar novas sementes a cada safra, já que a planta gera grãos estéreis.

“A *Tecnologia de Restrição de Uso Genético (Gurts*, sigla em inglês) sequer deveria existir porque ela beneficia apenas o fabricante, que geralmente pertence ao mesmo grupo que fabrica o agrotóxico. Mais de 1,4 bilhão de pequenos agricultores e camponeses do mundo precisam guardar sementes para a próxima safra. Com as *Terminator*, eles ficarão nas mãos das empresas que monopolizam esta tecnologia”, ressalta a pesquisadora mexicana Silvia Ribeiro, coordenadora de programas da ETC.

## COP-8 E MOP-3



De acordo com informe da organização, distribuído na *3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3)*, em Curitiba (PR), os pequenos agricultores de regiões tropicais são responsáveis 20% da produção mundial de alimentos. Eles também contribuiriam para a preservação da diversidade genética ao selecionar as melhores sementes para sua produção. “Eles não têm recursos para comprar adubos ou herbicidas”, explicou Silvia.

As entidades também combateram a argumentação da indústria de biotecnologia que classificariam as sementes Terminator como uma forma segura de se utilizar sementes transgênicas. Não haveria risco de contaminação para lavouras convencionais, já que os grãos são estéreis. “Quem garante que não podem (as sementes) esterelizar outras variedades por cruzamentos?”, questionou a mexicana.

Além de Silvia, pesquisadores como Ricarda Steinbrecher, da *Federação de Cientistas Alemães*, também contestam a segurança das *Gurts*. Ela adverte que as possibilidades de falha (na tecnologia Terminator) são grandes e tendem a aumentar. “As chances de sucesso são grandes, mas as chances de fracasso também. A ciência não está totalmente equipada para resolver todos os desafios”, alertou. Ela acrescenta que há diversos eventos biológicos – como o cruzamento com outra variedade convencional – que podem interferir no desempenho seguro dos componentes da *Terminator*. “Em termos de biodiversidade esse sistema está nos levando para o caminho errado”.

Quanto ao impasse sobre a continuidade dos experimentos com as Terminator, que ainda não seriam comercializadas ou analisadas em campo, apenas testadas em estufas nos Estados Unidos, Ricarda afirma que tem estudado modelos de esterilização e acredita que o *Terminator* nunca será 100% seguro ou efetivo. “Para que a tecnologia seja totalmente segura, é preciso que ela garanta esterilidade total. E isso não acontece”, salienta.

## COP-8 E MOP-3



A *ETC Group* considera o risco das Curtis ainda maior para as comunidades que dependem de ajuda humanitária, como países africanos, muitas vezes baseada no fornecimento de alimentos transgênicos. “Os agricultores serão incapazes de identificar a Terminator até saber que suas sementes não germinam. As sementes estéreis podem gerar perdas significativas na produção e depois perdas repetitivas até que o agricultor abandone a produção de determinados cultivos”, destaca um boletim da organização.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Brasil defende posição “intransigentemente”**

*Aldem Bourscheit / 16 horas e 35 minutos*

(Curitiba, PR, 16/03/2006) – A delegação brasileira está mobilizada para os momentos decisivos da 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), em Curitiba (PR). Entre hoje e amanhã, as negociações com base na proposta brasileira – de rotular, no comércio internacional com a expressão “contém” cargas com transgênicos - serão ainda mais intensas, informou Luiz Alberto Figueiredo Machado, do departamento de temas especiais do Ministério de Relações Exteriores.

“Minha obrigação é cumprir a instrução defendendo intransigentemente nossa posição. Não tenho porque me desviar desta instrução, uma vez que vem do mais alto nível”, afirmou Figueiredo esta manhã, deixando claro que o Brasil não deve ceder em suas posições.

## COP-8 E MOP-3



O objetivo é obter nesta sexta-feira, dia final do evento, o menor número possível de “colchetes”, , marcas que significam falta de consenso entre as delegações, no relatório que chegará ao plenário.

A MOP3 começou no último dia 13 e vai até esta sexta-feira, 17. Os mais de 130 países membros do Protocolo vêm debatendo a criação de regras de segurança à saúde humana e ao meio ambiente durante a importação e exportação de Organismos Vivos Modificados (OVMs). Esses produtos podem ser, por exemplo, grãos de soja e de milho geneticamente alterados, usados na alimentação humana, animal ou para processamento. “O objetivo é concluir as negociações de acordo com os interesses brasileiros”, disse o diplomata.

Figueiredo explicou que a delegação está trabalhando em um “processo árduo” principalmente junto a países latino-americanos e europeus para convencê-los da qualidade da proposta nacional. O Brasil defende na MOP3 a identificação “contém” OVMs, para produtos exportados que já podem ser rastreados em seus países de origem, e o “pode conter” em uma fase de transição de até quatro anos, para que as nações organizem seus sistemas de produção e consigam separar produtos convencionais de geneticamente modificados.

Com até duas reuniões diárias com outros países, o ministro considera possível mudar ao menos o posicionamento dos vizinhos do Grulac (Grupo de Países Latino-americanos e Caribenhos), como México e Paraguai, onde tem se concentrado a resistência contra a iniciativa brasileira. “Os países ativos (que se pronunciam) têm mantido uma opinião diferente da nossa”, disse. “As posições estão inalteradas até agora”, ressaltou.

O período de transição sugerido pelo Brasil deve ser foco de novas divergências. Países como Paraguai, Nicarágua e Colômbia estariam atestando “falta de recursos” para organizar seus sistemas de produção. A



## COP-8 E MOP-3



Índia, por sua vez, chegou a propor que cada país defina seu próprio prazo de adaptação a regras de identificação para suas exportações e importações.

Com a chegada da ministra brasileira Marina Silva (Meio Ambiente), membros da sociedade civil esperam um reforço para a aprovação da proposta brasileira em Curitiba e uma ação mais articulada junto a outros países da delegação nacional, que também conta com representantes de organizações não-governamentais, de indústrias e do agronegócio, além de ao menos com 15 membros do setor de soja, sementes e biotecnologia.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Centro de informações do Protocolo de Cartagena já tem 192 países**

Quantidade é superior a de membros do próprio Protocolo e da Convenção sobre Diversidade Biológica

*José Alberto Gonçalves / 10h*

(Curitiba, PR, 16/03/2006) Um dos instrumentos mais importantes para a implementação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, a BCH (Biosafety Clearing House, algo como centro de intercâmbio de informações sobre biossegurança) já ganhou a adesão de 192 países. O número supera a quantidade de nações integrantes do próprio Protocolo (132) e da CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica), 188.

“A BCH é tão importante que mesmo os Estados Unidos, que estão fora do Protocolo, são grandes

## COP-8 E MOP-3



apoiadores do mecanismo”, diz Kirsty Galloway McLean, oficial de informação técnica e científica da Divisão de Biossegurança do Secretariado da CDB.

Por que algo aparentemente tão abstrato e de difícil compreensão pelo público está se mostrando um sucesso, recebendo a adesão até de países que se opõem ao Protocolo?

Kirsty explica que a expansão da produção e do comércio de alimentos transgênicos, que hoje ocupa cerca de 1 milhão de acres em todo o mundo, com mais de 100 variedades lançadas comercialmente, obrigou governos a buscar informações sobre legislações, restrições legais aos transgênicos e a cultivos de plantas geneticamente modificadas liberadas para plantio comercial. Em resumo, tornou-se uma necessidade comercial saber como o assunto transgênicos é tratado pelos países. Os membros de Cartagena são obrigados a inserir no website da BCH (<http://bch.biodiv.org/>) informações sobre leis e regulamentações relativas aos OVMs (Organismos Vivos Modificados) 15 dias após a edição das mesmas, de forma a tornar públicas todas as decisões relativas ao assunto.

Além disso, os países do Protocolo precisam, ainda, inserir no website informações sobre autorizações de cultivo comercial de OVMs. A BCH é, também, espaço para os membros de Cartagena publicizarem suas avaliações de risco feitas sobre transgênicos.

Ao mesmo tempo em que o plantio e o comércio de transgênicos crescem rapidamente, também aumenta a preocupação da comunidade científica com a biossegurança dos OVMs. Como Kirsty comenta, o aparato

## COP-8 E MOP-3



institucional de biossegurança começou a ser estruturado bem depois do início do plantio e da comercialização de transgênicos, que se deu em 1996 nos EUA, bem antes que o Protocolo de Cartagena começasse a vigorar, em setembro de 2003, e que seu mecanismo de troca de informações, a BCH, entrasse em operação, a partir de 2004.

Agora, há uma corrida para dotar os países membros de Cartagena de capacidade institucional para implementar o Protocolo, treinando técnicos, aparelhando laboratórios e montando sistemas de informação. Tudo isso é condição básica para um país participar plenamente da BCH.

Segundo Kirsty, o GEF (Global Environment Facility), um fundo dos países ricos para apoiar projetos ambientais), alocou US\$ 8 milhões em um projeto de três anos para apoiar 140 países (incluindo países que não são partes do Protocolo) na melhoria de sua infra-estrutura de biossegurança para a geração de informações para a BCH.

Na MOP3, as partes (países) do Protocolo estão discutindo como amplificar o alcance da BCH, produzindo, por exemplo, sumários de mais fácil consulta pelo público sobre os documentos inseridos em seu website, que é a ferramenta por onde as informações são trocadas.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Elite mundial da ciência da biodiversidade está em Curitiba**

Entidades científicas internacionais debatem biodiversidade e sistemática, repartição de benefícios e bioética e sustentabilidade, em paralelo à MOP3 e COP8

## COP-8 E MOP-3



*José Alberto Gonçalves / 13horas e 10 minutos*

(Curitiba, PR, 16/3/2006) - A elite da ciência da biodiversidade está reunida em Curitiba para debater os principais temas da Convenção da Biodiversidade

Bioética, repartição de benefícios do acesso aos recursos genéticos e sustentabilidade são objetos de dezenas de painéis no seminário "Biodiversidade – a megaciência em foco", um evento associado da 8ª Reunião dos Países Membros da Convenção sobre Biodiversidade Biológica (COP8)

Contando com a presença de diretores dos principais museus de história natural do mundo, o evento é organizado pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), ABC (Academia Brasileira de Ciência), IUBS (União Internacional de Ciências Biológicas) e AMNAT (Memória Naturalis).

O seminário termina no domingo, com a formulação de um documento que será apresentado na terça-feira à noite durante um evento no Expotrade, onde se realizará a COP8 e onde está acontecendo a 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3).

Segundo Leandro Salles, paleontólogo do Museu Nacional e presidente da AMNT, o documento mostrará a importância da produção científica sobre biodiversidade. "Queremos melhorar nossa comunicação com os tomadores de decisão", afirma.

Outro objetivo do documento será propor aos governos reunidos na COP8 medidas para ampliar o apoio à pesquisa dos mais significativos temas ligados à biodiversidade, como a diversidade marinha, a taxonomia e a relação entre o tema e as mudanças climáticas.

## COP-8 E MOP-3



“Precisamos de mais investimentos nos próximos cinco a dez anos em conhecimento da fauna e da flora”, diz Salles. Ele assinala que é necessário pensar os investimentos em pesquisa não apenas em âmbito doméstico, mas também em termos de cooperação internacional.

O seminário está dividido em três “workshops” (oficinas): biodiversidade e sistemática, com seis sessões de trabalho, repartição de benefícios e bioética (três sessões) e sustentabilidade (três sessões).

A FGV fica na Av. Visconde de Guarapuava, 2.943, Centro, Curitiba, PR

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **“Megaciência” quer conhecer mais sobre biodiversidade**

*Gisele Teixeira* / 15horas e 30 minutos

Quantas espécies habitam os ecossistemas da Terra, onde elas estão distribuídas e como se relacionam umas com as outras? O seminário “Biodiversidade – a megaciência em foco”, que começou hoje pela manhã em Curitiba, tem como objetivo unir esforços para responder três perguntas cruciais que ainda não têm respostas.

“A solução está na informação. Um dos passos fundamentais é aumentar as coleções científicas, que são a documentação básica da biodiversidade”, afirma Bráulio Dias Ferreira, gerente de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA). As coleções têm como principal objetivo armazenar, preservar e ordenar o acervo de espécimes que representam a diversidade biológica de uma determinada área, explica.

## COP-8 E MOP-3



O seminário é um evento associado à 3ª Reunião de Países membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), que também levará propostas para a 8ª Reunião dos Países Membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8), que vai de 20 a 31, também na capital paranaense.

O desafio a que Bráulio se refere é ainda maior para o Brasil, uma vez que as principais coleções sobre a fauna e flora nacionais encontram-se no exterior, especialmente na Europa e, em alguns casos, nos Estados Unidos.

“Nessa reunião queremos fazer com que os países detentores dos grandes bancos de dados se comprometam a trabalhar em conjunto com os países megadiversos e, em parceria, possamos definir metas prioritárias de estudo”, explica Leandro Salles, presidente da Associação Memória Naturallis, rede de museus de história natural e instituições brasileiras que possuem acervos socioambientais.

Peter Toledo, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, “há necessidade de os cientistas definirem suas prioridades para que os governos utilizem a ciência como pano de fundo das políticas públicas”. As principais conclusões do seminário serão apresentadas em um evento paralelo à COP-8.

Toledo informa que as áreas a serem pesquisadas no Brasil são aquelas que estão na eminência de sofrer perda total, como a Mata Atlântica, parte do Cerrado e regiões endêmicas da Amazônia “que são as menos representadas nas coleções brasileiras”.

Entre os assuntos do seminário está a biodiversidade marinha, uma área ainda muito carente de pesquisas, sobre o qual falará Philippe Bouchet, biólogo do Museu Nacional de História Natural (Paris) e um dos principais especialistas sobre o assunto no mundo.



### **“Amigos do Presidente” debatem até a madrugada**

Brasil e Suíça convidaram 14 delegações para tentar concluir o texto final da MOP3

*Eduardo Nunes / 12horas e 30 minutos*

(Curitiba, PR, 16/03/2006) As delegações do Brasil e da Suíça, que presidem o Grupo de Contato sobre a identificação de transgênicos para fins de comércio internacional, formaram um sub-grupo – identificado como Amigos do Presidente – para buscar uma simplificação e combinação das emendas apresentadas à proposta brasileira para documentação de Organismos Vivos Modificados (OVMs) importados ou exportados.

A informação foi divulgada na manhã desta quinta-feira durante entrevista coletiva do chefe do Departamento de Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, que co-preside o Grupo de Contato, na *3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena (MOP3)*, em Curitiba (PR).

“Convidamos para este grupo as delegações que tinham apresentado propostas de texto e feito intervenções ao longo do dia, observações concretas dos itens que estão sobre a mesa”, afirmou Figueiredo. Dois representantes de 16 delegações participam deste sub-grupo. “Isso torna muito mais fácil discutir e buscar vias de entendimento”, comentou o co-presidente. O sub-grupo reuniu-se na noite de quarta-feira até às 22horas e 30minutos e retomou os trabalhos na manhã de hoje.

De acordo com Figueiredo, hoje será um dia crucial para a busca de um consenso. “Iremos trabalhar neste pequeno grupo de redação o dia inteiro e, possivelmente, entrar pela madrugada neste esforço de

## COP-8 E MOP-3



concluir o texto para poder apresentá-lo para o Grupo de Trabalho na sexta-feira. E por sua vez, o Grupo de Trabalho apresentar para o Plenário da MOP para ser adotado”, explicou o diplomata brasileiro.

Segundo ele, a delegação brasileira tem defendido de forma intransigente sua proposta. “Todos os pontos da nossa proposta estão sendo defendidos por nós. Nosso texto continua servindo como a base das conversas”, disse ele, justificando que os representantes do Brasil têm seguido à risca a instrução do governo federal. “Minha obrigação é cumprir a instrução defendendo intransigentemente nossa posição. Não tenho, nem posso, porquê me desviar desta instrução, uma vez que vem do mais alto nível”, afirmou o diplomata.

Figueiredo revelou que há divergências de opinião no Grupo de Contato. “Mas isso é normal. As propostas de emendas ao nosso texto, apresentadas por vários países, foram consolidadas pelo Secretariado em um documento que será distribuído hoje de manhã aos Amigos da Presidência. Este documento virá a público assim que for concluído o nosso trabalho”, garantiu ele.

Um dos pontos polêmicos que deve gerar discussão diz respeito à possibilidade de se utilizar a expressão “pode conter” nos produtos transgênicos em uma fase de transição de até quatro anos. Já os produtos que podem ser rastreados e identificados nas cadeias de produção como geneticamente alterados seriam identificados com a expressão “contém”.

“No Grupo, quem falou sobre o período, achou que era muito curto. Foram aqueles que têm tido uma resistência maior às nossas idéias. Aqueles que talvez sejam mais ligados às nossas idéias não têm se manifestado sobre este tema, por enquanto. Mas há uma razão. É porque a questão ainda não foi abordada diretamente no Grupo de Contato nem no Amigos da Presidência. Mas este debate ainda virá”, previu Figueiredo.



## **COP-8 E MOP-3**



### **Amigos da presidência**

#### **África**

Etiópia

Zimbábue

África do Sul

Namíbia

#### **Ásia**

Malásia

China

Índia

Japão

#### **América Latina**

Brasil

México

Paraguai

Peru

## **COP-8 E MOP-3**



### **Europa e outros**

Comissão Européia

Noruega

Nova Zelândia

Suíça

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Paraguai é contrário à posição brasileira**

*Aldem Bourscheit / 18h30min*

Curitiba (PR) / 15/03/2006 - O tempo corre na 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), em Curitiba. No entanto, aparentemente ainda não há possibilidade de avanços nas posições de vários países para que se chegue a um consenso quanto à identificação e documentação de Organismos Vivos Modificados (OVMs) nas relações comerciais internacionais.

Hoje à tarde, em um reunião do chamado Grupo de Contato 1, que trata desse tema, o Paraguai deixou mais clara sua contrariedade à proposta brasileira para que seja adotada a expressão "contém" (OVMs) nas cargas de produtos como soja e milho em grãos que chegam e saem das fronteiras nacionais.

Para a diretora da Associação de Agricultura Orgânica Marijane Lisboa, a declaração paraguaia não reflete a realidade do País vizinho. "Eles estão iniciando sua produção de transgênicos. Ainda há tempo e

## COP-8 E MOP-3



condições para identificar e separar grãos comuns de geneticamente modificados", disse. "Se o impasse persistir, os resultados poderão ser piores do que os da MOP2, com maior divisão entre os países", disse. Para a ex-secretária de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, alguns países estariam sendo usados por nações do chamado Primeiro Mundo para influenciar os resultados da MOP3. "Quatorze anos de debates, desde a Rio 92, estão em jogo", ressaltou. "O próprio Protocolo de Cartagena está em risco, já que pontos ultrapassados como termos técnicos e documentação estão voltando à mesa de negociações".

Ainda hoje e até sexta-feira, as discussões devem se acirrar entre as delegações na tentativa de que seja alcançado algum resultado positivo na MOP3. Caso isso não ocorra, o secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) deverá renovar a possibilidade de debates sobre biossegurança no âmbito do Protocolo de Cartagena para evitar um fracasso global na solução de um tema que se arrasta desde a Eco 92.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Camponeses denunciam mortes causadas por agrotóxicos**

Herbicida associado à soja transgênica seria responsável pela contaminação de camponeses do Paraguai, Argentina e México

*Eduardo Nunes / 18horas e 40 minutos*

## COP-8 E MOP-3



(Curitiba, PR, 15/03/2006) “Fomos todos contaminados pelo glifosato!” A denúncia partiu da camponesa paraguaia Petrona Villasboa, membro da Coordenadoria Nacional de Mulheres Rurais, que perdeu o filho Silvino Talavera, de 11 anos, em janeiro de 2003, por envenenamento com esse tipo de agrotóxico. Moradora em uma comunidade na região central do Paraguai cercada por áreas com o monocultivo da soja transgênica, Petrona relatou que seu filho foi morto porque seu vizinho espalhava, de 15 em 15 dias, o herbicida na plantação, atingindo também sua residência, onde vive com seus 11 filhos.

A denúncia foi feita durante o evento paralelo da 3.<sup>a</sup> Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), que deu voz às vítimas da monocultura da soja transgênica em comunidades do Paraguai, Argentina e México. De acordo com os depoimentos, os monocultivos de soja geneticamente modificada implicam uso intensivo de agrotóxicos, o que causa graves danos à saúde humana.

Durante duas horas, quatro testemunhos de forte impacto emocional sensibilizaram o público que acompanhou atento aos depoimentos de camponeses e líderes comunitários destes países.

O caso mais chocante foi o relato de Petrona. “Eu não tinha dinheiro para levar meus filhos ao hospital, pois somos uma família humilde, e moro longe do centro de saúde mais próximo. Então, pedi ajuda na comunidade. O médico disse que não tinha estrutura para atender meus filhos e receitou um remédio. Mas não foi o suficiente para salvar o Silvino”, contou a camponesa.

Segundo ela, Silvino reclamava de fortes dores no estômago e apresentava manchas por todo o corpo. “O médico disse que meu filho havia sido envenenado e que não havia como recuperá-lo com a estrutura disponível. Às 11 horas da manhã, Silvino estava paralisado. Poucas horas depois, ele morreu”, disse.

Na autópsia, foram detectados três tipos de veneno no estômago do menino. “Depois da morte do meu filho, o hospital do município de Encarnación enviou uma ambulância para buscar todos os meus filhos,

## COP-8 E MOP-3



que ficaram internados”, lembra, reclamando da Justiça paraguaia. “Meu caso está na Suprema Corte do Paraguai, que ainda não apresentou uma decisão sobre o caso nem puniu os culpados, que são os produtores de soja transgênica ao redor da minha propriedade”, afirmou.

O dirigente do Movimento Agrário Popular do Paraguai, Jorge Galeano, disse que existem hoje no país seis comunidades de camponeses cercadas por áreas de plantio de soja transgênica. “Em Tekojoja, em junho do ano passado, 270 camponeses foram desalojados e 54 casas foram queimadas. Durante a retirada, cinco foram feridos e dois mortos. Os produtores de soja transgênica invadiram as propriedades destes trabalhadores rurais”, denunciou Galeano. Segundo ele, o Movimento atende hoje 123 crianças e 300 adultos desta comunidade, que vivem sem infra-estrutura básica.

“Amonocultura de soja transgênica cresce 150 mil hectares por ano no Paraguai. Isto representa a expulsão de 50 mil camponeses de suas terras”, afirmou.

Outra camponesa que atacou o monocultivo de soja transgênica foi Sofia Gatica, de Cordoba, na Argentina. Ela recorda que cerca de cinco mil argentinos – todos pobres – estão perdendo suas terras e tendo problemas de saúde devido à utilização do glifosato exigido da soja transgênica Roundup Ready. “Registramos mais de 300 casos de câncer no bairro Ituzaingó Anexo, próximo de Córdoba. A população rural sofre com problemas respiratórios, infecções intestinais, enfermidades sanguíneas (púrpura, leucemia, lupus), hepatite, malformações e abortos”, disse.

O representante do Centro Nacional de Apoio às Missões Indígenas do México, Álvaro Salgado, disse que esse “é muito mais que um problema novo e uma contaminação biológica. É uma ferida na identidade cultural de nosso país. A soja transgênica está contaminando todo o México, de Norte a Sul. A

## COP-8 E MOP-3



contaminação aumenta todos os dias e o governo mexicano não alerta a população para os riscos”, comentou.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Festa agroecológica apresenta culturas alternativas**

Agricultores querem mostrar a importância dos alimentos com milho para a América Latina

*Marina Koçouski / 18horas e 30 minutos*

(Curitiba, PR, 15/03/2003) – Até sexta-feira agricultores familiares ligados a movimentos de defesa da agroecologia realizarão a Festa do Milho e a Feira de Sementes, para destacar produtos feitos com milho. “Queremos mostrar que o cultivo de uma grande quantidade de variedades de milho pode gerar pratos muito diversificados e garantir a diversidade biológica da agricultura”, disse Gabriel Fernandes, da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). A iniciativa visa a alertar a sociedade para o risco do plantio e consumo de transgênicos e consequente redução da biodiversidade.

Luiz Gonçalves, da Associação Cooperativa de Idéias e Soluções para o Ecodesenvolvimento (Ecootopia), conta que o milho está diretamente relacionado à história dos povos das Américas. “A massa de milho seco foi a base da alimentação dos povos das Américas, quando não se conhecia outros elementos, como o trigo, por exemplo. O milho e o homem estão intimamente ligados, assim como existe o milho preto, o branco, o amarelo e o vermelho, o homem também possui estas cores”, explica.

## COP-8 E MOP-3



Na festa, também poderão ser encontrados sementes de produtos orgânicos e remédios medicinais da Amazônica, da região da Ilha de Marajó, no Pará, trazidos por Edna Marajoara, presidente da Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó. São ervas para vários tipos de doenças, como câncer, diabete, sistema imunológico, vitiligo, coração, dentre outros. Além disso, pomadas à base de arnica, gorduras de babaçu e babosa, e sabões para problemas como dermatites e seborréias.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **ONGs criticam México e Nova Zelândia**

Militantes afirmam que opção do 'pode conter' são influenciadas por razões do comércio exterior

*Rodrigo Morosini / 18horas*

(Curitiba, PR / 15/03/2006) - Uma coalizão de organizações não-governamentais do mundo inteiro criticou nesta quarta-feira a opção do México pela identificação 'pode conter' aos organismos geneticamente modificados e pediu o fim do que chamaram de "bloqueio" das negociações realizado pela Nova Zelândia.

"A delegação da Nova Zelândia se recusou a discutir ou explicar sua posição sobre todas as questões de identificação e documentação dos carregamentos internacionais de commodities geneticamente modificadas para a alimentação humana e animal. Suas leis de importação são rigorosas e a respeito de OGMs o país tem um limite zero de contaminação. Se fornece rótulo compreensível ao consumidor, por que este país está impedindo que outros tenham padrões rigorosos similares?",

## COP-8 E MOP-3



questiona o texto da declaração assinada pelas organizações Friends of the Earth, Greenpeace, Global Justice Ecology Project, Third World Network, Ecoropa, Terra de Direitos, Consumers International, Fundacion Sociedades Sustentables e Rede Acción en Agrotóxicos de América Latina.

A representante da ONG brasileira Associação de Agricultura Orgânica, Marijane Lisboa, afirmou que tanto a opção do Brasil – que as ONGs enaltecem, mas criticando o período de quatro anos para adotar a identificação “contém” – quanto a do México, que optou pelo “pode conter”, são aceitáveis.

“Mas tentar negociar com quem não quer negociar é impossível”, ressaltou. A postura da Nova Zelândia e do México foram consideradas por Marijane como fruto da influência do mercado externo. “Parece que mais uma vez os tratados comerciais se sobrepõem a biodiversidade”, afirmou.

O neozelandês Steve Abel, do Greenpeace, acredita existir uma avaliação exagerada pelos economistas do governo do seu país em relação ao impacto que a rotulagem obrigatória causaria nas transações comerciais do seu país. “A maioria dos exportadores já identifica suas cargas. Os ministros do meu país estão mal assessorados”, salientou ao revelar uma preocupação com países em desenvolvimento que não têm condições para analisar os alimentos que entram em seu território. “A Nova Zelândia ignora o Protocolo de Cartagena e os riscos que pode expor aos países mais pobres”.

O mexicano Gustavo Ampugnani, do Greenpeace, disse que “não se pode pensar em biossegurança estando preso a tratados comerciais” ao lembrar que, apesar de ser centro cultural da produção do milho, o México importou milho transgênico dos Estados Unidos. Segundo o representante do Washington Biotechnology Action Council, Phil Bereano, a tentativa de postergar uma decisão da MOP3 pode ser uma estratégia para disseminação da transgenia ganhar mais tempo.



## COP-8 E MOP-3



“Talvez seja uma estratégia de negociação, talvez seja para aumentar a contaminação no mundo inteiro. O meu país já faz o controle pelo temor de ataque terrorista com armas biológicas e estes cuidados poderiam ser repassados ao terceiro mundo”, disse.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Investimento em biotecnologia depende de decisão nacional**

Pesquisador da Universidade da ONU sustenta que, com pesquisa intensiva, países em desenvolvimento podem conseguir vantagens comparativas

*Adir Nasser Junior / 18horas*

(Curitiba, PR, 15/03/2006) Os países em desenvolvimento podem chegar a níveis de excelência em biotecnologia, mas precisam tomar uma decisão nacional de fazer investimentos na área. Esta foi uma das principais conclusões do professor franco-marroquino Albert Sasson, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade das Nações Unidas (IAS-UNU) durante o painel “O papel da biotecnologia nas economias em desenvolvimento”, em evento paralelo à 3ª reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), realizado hoje.

Para Sasson, a grande diferença entre os países em desenvolvimento, na área de biotecnologia, é resultado de uma opção feita por alguns deles décadas atrás. Ele citou como exemplo o programa brasileiro de combustíveis de base vegetal, o Proálcool, iniciado há mais de 30 anos e que, desde então, gerou tecnologia e quadros qualificados em biocombustíveis que hoje são referências mundiais.

## COP-8 E MOP-3



O professor também disse que a necessidade de longos prazos para colher resultados não significa que se tenha esgotado o tempo para as economias em desenvolvimento buscarem soluções biotecnológicas para áreas como agricultura, alimentação, energia, farmácia e outras. Ele observou que países como Chile e Índia têm tomado decisões em favor da pesquisa biotecnológica que podem fazer deles em alguns anos pontos de excelência.

Sasson também lembrou dos esforços que Uganda está fazendo para criar um centro mundial de referência na pesquisa com banana, e da Jamaica, no desenvolvimento de técnicas de aprimoramento no cultivo do mamão. Segundo o professor, outros casos de sucesso no investimento pesado em biotecnologia são a produção de remédios genéricos em Cuba e no Brasil, o que tem colaborado para a redução de custos de tratamento de doenças.

Na direção oposta, de acordo com Sasson, vai a Nigéria, região nativa da palma oleaginosa, que, por não ter se mobilizado em pesquisas com o vegetal, deu chance para a Malásia investir na área e assumir a liderança no conhecimento do óleo de palma, ao desenvolver variedades mais rentáveis.

### OGMs

A estreita associação que normalmente se faz entre biotecnologia e os controversos organismos geneticamente modificados (OGMs) acaba sendo um empecilho para que os países tomem a decisão de investimento de longo prazo. "O Estado tem de definir seus interesses nacionais, tem que fazer suas tarefas e nada além", afirmou Sasson.

Com relação aos OGMs, Sasson observou a hegemonia de abordagens dogmáticas sobre o tema. Para o professor, deve se adotar uma visão pluralista, que permita, com os devidos cuidados ambientais, a

## COP-8 E MOP-3



convivência harmônica de culturas agrícolas tradicionais, orgânicas e transgênicas. “Com isso alguns países estão fazendo progressos, à margem de toda a questão dos transgênicos”, afirmou.

Países em desenvolvimento têm se beneficiado de programas do International Centre for Genetic Engineering and Biotechnology (ICGEB), organismo intergovernamental de pesquisa e treinamento, para implementar ou aprimorar programas de biotecnologia. Segundo o diretor da Unidade de Biossegurança da entidade, Decio Ripandelli, embora trabalhe em diversos níveis do fomento, a ICGEB prioriza o treinamento em ciências básicas e de longa duração, para criar nos países beneficiados bases técnicas sólidas. Segundo Ripandelli, as transferências de tecnologia já fizeram com que países como Irã e Argentina conquistassem posição de destaque na produção de remédios genéricos.

Para saber mais:

[www.ias.unu.edu](http://www.ias.unu.edu)

[www.icgeb.org](http://www.icgeb.org)

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Rede defende “contém” para responsabilizar fabricantes de transgênicos**

Rodrigo Morosini / 17h15min

Curitiba (PR) / 15.03.2005 - A representante da *Third World Network* (Rede do Terceiro Mundo) Lim Li Lin declarou hoje seu apoio a organizações que defendem a identificação clara de organismos vivos

## COP-8 E MOP-3



modificados no comércio entre países. A malaica destacou o risco que países do terceiro mundo estariam correndo caso os participantes da *3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança*, em Curitiba (PR), não cheguem a um consenso em relação à identificação desses produtos.

Para Lim, o desprezo por uma “identificação segura” representaria isentar de responsabilidade fabricantes de transgênicos que na maioria têm suas matrizes em países desenvolvidos. “Sem uma certificação, não se pode rastrear o causador de um impacto ambiental negativo ou responsabilizar os verdadeiros culpados”, disse.

A preocupação da rede também recai sobre o fato de que a maioria dos países da África, Ásia e América do Sul ainda não regulamenta o transporte desses produtos. “O consenso pelo ‘contém’ auxiliaria muito estes países porque representaria um subsídio importante para suas próprias regulamentações”, ressaltou.

“A maior parte dos países em desenvolvimento é de importadores. Eles têm direito à informação. Quando não existe o ‘contém’ não se pode rastrear o comércio de produtos geneticamente modificados pelo mundo”, resumiu a militante ao lembrar que a maioria dos países desenvolvidos busca algum tipo de regulamentação, mesmo que seja pouco transparente. “Mais de cem países aqui reunidos (em Curitiba) querem um consenso. Não é justo que um número reduzido (de países) comprometa esse direito”, salientou.

A *Third World Network* é uma entidade que apóia outras entidades não-governamentais e governamentais de países em desenvolvimento, fornecendo informações que podem ser úteis para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes e do meio ambiente.

## COP-8 E MOP-3



Sobre a decisão do Brasil de defender o “contém”, a observadora concordou com a declaração de uma coalizão de ONGs que condenou Nova Zelândia e México por optarem pelo “pode conter”, e avaliou a definição brasileira como uma “demonstração de disposição responsável para negociar construtivamente a questão”.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Diplomata afirma que posição brasileira foi bem acolhida na MOP3**

*Eduardo Nunes / 16h45min*

Curitiba (PR) / 15.03.2006 - De acordo com Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefe do *Departamento de Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil*, a proposta brasileira para rotulagem e documentação de Organismos Vivos Modificados (OVMs) importados ou exportados teve “acolhida muito boa por parte dos demais países porque existe uma consciência de que com as novas regras será necessário um tempo de adaptação”. Figueiredo participou hoje de entrevista coletiva na *3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP3)*, em Curitiba (PR).

A proposta brasileira pela expressão “contém” na identificação de Organismos Vivos Modificados (OVMs) foi apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente na última segunda-feira (13), primeiro dia da MOP3, e ontem na reunião do Grupo de Contato que discute a portas fechadas o tema considerado mais polêmico no encontro de Curitiba.

## COP-8 E MOP-3



Se aprovada, a posição brasileira seria imediatamente aplicada a produtos que já podem ser rastreados e identificados nas cadeias de produção como geneticamente alterados. Já a expressão “pode conter” poderá ser usada nos demais produtos transgênicos em uma fase de transição de até quatro anos.

Segundo Figueiredo, até agora somente o Brasil apresentou uma proposta concreta na MOP3. “O país deu um passo muito corajoso, firme e progressista que pode levar a uma conclusão positiva no evento. Estamos trabalhando para isso”, disse.

Durante a coletiva, o diplomata salientou que o Grupo de Contato que trata sobre a identificação de transgênicos para fins de comércio internacional, não usa o termo rotulagem. “Trata-se de definir o documento que acompanha a carga, ou seja, o que constará da nota fiscal que acompanha a carga de transgênicos”, explicou.

Segundo ele, não há um consenso sobre qual documento será utilizado. “Não fechamos esta porta. Há os que preferem que este documento seja uma fatura comercial, o mais usado. E há os que defendem um documento novo. A idéia mais difundida é o de se aproveitar a fatura comercial que acompanha a carga e nela incluir novas informações que têm a ver com o conteúdo daquela carga”, destacou Figueiredo. A Noruega defende a elaboração de um novo documento. “Mas para isso é preciso desenvolvê-lo. Isto é um processo que ainda está em debate”, lembrou o brasileiro.

Os custos da implementação da proposta brasileira não estão sendo discutidos pelo Grupo de Contato. “Discutimos apenas questões de biossegurança. Portanto, cabe a cada país fazer este tipo de análise”, concluiu.



### **Syngenta não entrega documentos ao Ibama**

Empresa não possui licenças exigidas pelo Instituto; procurador diz que vai requisitar a paralisação de pesquisas com transgênicos em fazenda ocupada pela Via Campesina

*Valdeci Lizarte / 16horas e 40 minutos*

A multinacional de sementes Syngenta Seeds não possui as licenças ambientais exigidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para realização de testes com transgênicos em fazenda localizada em Santa Teresa do Oeste, no Oeste do Paraná. O prazo para a empresa apresentar a autorização para a manipulação da soja e de milho transgênicos e as licenças do Ibama para a instalação da empresa terminou nesta quarta-feira à tarde. A área foi ocupada ontem pela manhã por trabalhadores rurais ligados à Via Campesina.

Segundo Walter Santos Filho, chefe do Ibama na região, a empresa entregou apenas uma autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBIO) para a manipulação e pesquisa de milho transgênico nas fazendas experimentais do Paraná e de Uberlândia (BH). Mas não enviou ao Ibama licenças do projeto, de instalação da fazenda e de operação das atividades. A organização não-governamental paranaense Terra de Direitos contesta a regularidade da autorização da CTNBio.

Para Santos Filho, um dos possíveis motivos para que o órgão não tenha autorizado o funcionamento da fazenda experimental seja sua proximidade com o Parque Nacional do Iguaçu, que é uma unidade de preservação ambiental. “A legislação federal proíbe o plantio de transgênicos em áreas chamadas ‘zonas de amortecimento’ de parques, em unidades de conservação ambiental e em áreas indígenas”, explicou.

## COP-8 E MOP-3



O superintendente do Ibama no Paraná, Marino Gonçalves, disse que a multinacional e outros 12 proprietárias rurais da localidade que tiveram suas áreas embargadas pelo Ibama por serão multados. O valor varia entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão.

O procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente do Paraná, Saint-Clair Honorato Santos, afirmou que está aguardando os documentos para ingressar com ações na justiça contra os responsáveis pela instalação da fazenda e pedindo a paralisação imediata das pesquisas. Ele também pretende questionar na justiça a autorização concedida pela CTNBIO para que a multinacional manipulasse milho transgênico numa área de preservação ambiental. “Eles não estão observando a legislação brasileira e responderão criminalmente por isso”, avisou.

Segundo Celso Ribeiro, representante da Via Campesina no Paraná, cerca de 400 pessoas continuam instalados na área. “Acreditamos que 800 pessoas se juntem à nós hoje”, disse. Ele afirmou ainda que a unidade da empresa continua funcionando com cinco funcionários. “Nosso desafio é continuar aqui até que venham provar a ilegalidade da plantação”, garantiu.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Decisão sobre OVMs pode ficar para MOP4**

Negociações ainda estão travadas devido à discordância de vários países com o “contém” proposto pelo Brasil

Aldem Bourscheit / 15horas e 10 minutos



## COP-8 E MOP-3



Curitiba (PR) / 15/03/2006 - Se for mantida a posição refratária de alguns países na 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), que está sendo realizada em Curitiba (PR), não deve ser alcançado consenso sobre a rotulagem da exportação e importação de Organismos Vivos Modificados (OVMS), como grãos de soja e de milho geneticamente alterados para alimentação humana e animal. Mesmo depois do posicionamento brasileiro pelo "contém", anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil no primeiro dia do evento, ainda não há avanços nas negociações. Se até sexta-feira (17) não houver solução, o tema será retomado em outro momento, o que dependeria de uma "autorização" do secretariado da Conveção sobre Diversidade Biológica, conforme reservadamente já admitem alguns membros da delegação brasileira.

Até o momento, México, Paraguai, Peru, Colômbia e Nicarágua, do Grupo de Países Latino-Americanos e Caribenhos (Grulac), deixaram claro que não abrem mão do "pode conter" (OVMS) para o comércio com outros países. Os mexicanos, liderados em Curitiba por Marco Antônio Meraz Ríos, não querem regras que possam trazer prejuízos econômicos ao País, que já usa o "pode conter" a partir de um acordo comercial com Estados Unidos e Canadá.

Ríos é secretário-executivo de um grupo formado pelos ministérios mexicanos da Saúde, Educação, Agricultura, Meio Ambiente, Agricultura e Comércio. O País importa cerca de seis milhões de toneladas/ano de milho em grãos apenas dos norte-americanos, onde metade da produção é transgênica.

"O México está pensando biossegurança com uma cabeça comercial", disse Gustavo Ampugnani, do grupo ambientalista Greenpeace. Ele recordou que o estado mexicano de Huaca já apresenta altos índices

## COP-8 E MOP-3



de contaminação por milho transgênico, o que é particularmente grave para aquele país norte-americano. O México é o local onde o milho surgiu e onde existe o maior número de variedades dessa planta.

A decisão do Brasil pela defesa do “contém”, ao contrário do que era defendido na MOP2, no Canadá (2005), serviu ao menos para que outras nações assumissem claramente suas posições. A Nova Zelândia, que na MOP2 estava alinhada ao Brasil, ainda não se posicionou claramente, mas deve fazê-lo em breve. Os Estados Unidos têm angariado parceiros favoráveis ao “pode conter” com ampla mobilização diplomática em Curitiba.

De acordo com o Greenpeace, o ponto mais “fraco” da proposta brasileira apresentada na MOP3 é a sugestão de um período de transição de até quatro anos para que os países estruturem sistemas de identificação e de rastreabilidade de produtos geneticamente modificados. Esse ponto nem estaria sendo levantado pelos brasileiros nas negociações. Países do Grulac alegam falta de recursos para implementar sistemas de identificação e rastreabilidade de transgênicos.

O governo e a diplomacia nacional apostam suas fichas na reunião do Grupo de Trabalho que trata do Artigo 18.2.A, sobre OVMs, que se reúne nesta tarde, e também na presença da ministra Marina Silva (Meio Ambiente) para que a posição brasileira ganhe força na MOP3.

Até o encerramento da MOP3, outros fatores poderão influenciar a tomada de posições dos países quanto à rotulagem dos OVMs. Por exemplo, é possível que a posição do México se altere, devido ao fato de o país ter interesse em manter-se próximo do Brasil no G20 – grupo liderado pelo Brasil e integrado em sua maioria por países em desenvolvimento - da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Serviço:

## COP-8 E MOP-3



Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Países estão alinhados com EUA por questões comerciais, diz equatoriana**

Marina Koçouski / 15h30min

Curitiba (PR) - 15/03/2003 - A equatoriana Elizabeth Velásquez Bravo, da Ação Ecológica, afirmou hoje que alguns países das Américas estão "alinhados" com os Estados Unidos na defesa dos transgênicos apenas porque isso facilitaria negociações comerciais. Questões de biossegurança estariam sendo deixadas de lado. O tema foi debatido no Fórum Global da Sociedade Civil, durante a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), em Curitiba (PR).

Elizabeth disse que na América Latina existe uma tendência à "flexibilização" de alguns países em relação ao uso de transgênicos, como Paraguai, Brasil, Colômbia, Peru e Bolívia. Já o Equador apresentaria "forte resistência" aos produtos geneticamente alterados. Na outra ponta, a Argentina é altamente favorável a este tipo de cultivo.

O direcionamento político sobre transgênicos nas Américas, explica a equatoriana, está relacionado à posição dos países como exportadores ou importadores. Os principais exportadores de transgênicos nas Américas são: a Argentina (soja/milho), Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai (soja), México (algodão), Honduras (milho) e Colômbia (milho/algodão).

**Contaminação** - Em relação aos riscos de contaminação por transgênicos, Elizabeth apontou que a movimentação internacional de grãos não acontece apenas pela comercialização, mas também pelos



programas de ajuda alimentar dos Estados Unidos, que tentam escoar grãos transgênicos sem mercados compradores na Europa.

“Em 2002, a Zâmbia recusou-se a receber a ajuda alimentar norte-americana. Os transgênicos não têm nada a ver com o problema da fome no mundo. Não há falta de comida, o que há é a dificuldade de aquisição dos alimentos”, explicou o nigeriano Nimmo Basse, da ONG Friends of the Earth (Amigos da Terra). “A África tem sido bombardeada por essa idéia de que os transgênicos irão resolver o problema da fome no mundo”, ressaltou.

Basse fez duras críticas em relação à “necessidade” de existir transgênicos no mundo. “Os cientistas podem até inventar uma banana reta, mas ela não vai ter nenhuma utilidade. Os transgênicos não trazem benefícios, não têm qualidade melhor, não são mais baratos, nem mais nutritivos. Poluem o meio ambiente e não resolvem o problema da fome”, argumentou.

Na linha pelos não-transgênicos, estaria a Comunidade Européia, que tem criado barreiras mais fortes contra o plantio e a comercialização desses produtos. O alemão Rudolf Buntzel, do Serviço das Igrejas Protestantes da Alemanha de Cooperação para o Desenvolvimento, diz que no continente há regulamentação e regras para responsabilizar aqueles que provocarem contaminação de produtos livres de transgênicos.

“A polinização de milho pode acontecer a até um quilômetro de distância, e da canola, até 20 quilômetros. É preciso uma identificação clara dos produtores de transgênicos para que seus vizinhos não-produtores não sofram contaminação”, explica Buntzel.



### **Via Campesina ocupa área plantada ilegalmente com transgênicos**

João Pedro Stédile afirma que ação defende a soberania alimentar brasileira

*Rodrigo Morosini / 19horas*

(Curitiba, PR, 14/03/2006) O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, defendeu a posição da Via Campesina – movimento internacional de organizações de pequenos e médios agricultores - em relação à biodiversidade e segurança na utilização da biotecnologia.

Stédile também criticou a predominância da monocultura na produção agrícola para fins de exportação e conclamou os agricultores para defesa do que chamou de “soberania alimentar”.

A Via Campesina denunciou o experimento ilegal de transgênicos pela empresa Syngenta Seeds na área de amortecimento – a menos de 8 quilômetros - do Parque Iguaçu, no município de Santa Teresa do Oeste, localizado na região Oeste do Paraná. Segundo denúncia de organizações não governamentais presentes à 3a Reunião de Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, o cultivo a essa distância é irregular.

A organização informou que cerca de 600 trabalhadores que compõem a Via Campesina ocuparam a área de 12 hectares. O Ibama vistoriou e constatou a existência de OGMs naquela área, após denúncia da organização não governamental Terra de Direitos.

## COP-8 E MOP-3



“Além da soja, há indícios de milho transgênico no local. A única saída que vemos para uma ação criminosa e que pode causar danos irreversíveis é a interdição e o fechamento da fazenda”, completou o coordenador do MST no Paraná, Roberto Baggio.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Por razões diferentes, indústria e ONGs criticam proposta brasileira**

CNA fala em custos mais altos com rotulagem, mas ambientalistas temem novo fato consumado em quatro anos

*Aldem Bourscheit / 20horas*

(Curitiba, PR, 14/03/2006) - Com a decisão brasileira de defender o “contém” na rotulagem de produtos importados e exportados com Organismos Vivos Modificados (OVMs) em sua composição, cresceu a disputa de argumentos e números na 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), que segue até esta sexta-feira em Curitiba. O evento reúne representantes de mais de 130 países que estão debatendo a criação de um sistema que garanta segurança ambiental e à saúde para o mercado internacional de transgênicos destinados à alimentação humana, animal ou para outros usos.

Além de frustrar a expectativa de setores ligados ao agronegócio, que defendem abertamente o “pode conter” para produtos com OVMs, a posição anunciada ontem pelo governo surpreendeu produtores e

## COP-8 E MOP-3



indústrias. Não faltaram críticas, como a de que esse tipo de rotulagem elevaria os custos de produção e reduziria o espaço nacional no mercado externo.

“O presidente partidarizou a questão, privilegiando sua legenda e a ministra Marina Silva (Meio Ambiente). Não há fundamento técnico e nem econômico para essa decisão”, disse Gilman Viana Rodrigues, presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA (Comissão Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil). Segundo Rodrigues, os membros da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), organismo estatal responsável pelo setor de biossegurança, haviam aprovado por oito votos a três o “pode conter” nas cargas transgênicas. “Vou trabalhar com todas as forças para derrubar a posição do governo na MOP3”, ressaltou.

Conforme o professor José Maria da Silveira, do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp, haveria um crescimento médio de 3% nos custos da produção de soja no País, caso seja aprovada e colocada em prática a proposta defendida pelo Brasil na MOP3. Silveira coordenou a elaboração de um documento para o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone) que recomenda a defesa do “pode conter” pela delegação brasileira em Curitiba. Caso contrário, de acordo com o texto, poderiam crescer em até US\$ 14 milhões (cerca de R\$ 30 milhões) os custos de exportação da soja brasileira. Em 2005, o País exportou 22,5 milhões de toneladas do grão.

Para Silveira, os custos poderiam ser ainda maiores caso outros transgênicos venham a ser produzidos no País, como algodão e milho. Segundo o também consultor do Conselho de Informações Sobre Biotecnologia (CIB), o sistema brasileiro de produção e de transporte de grãos é precário, o que prejudicaria a segregação (separação de grãos comuns de geneticamente modificados) e a identificação de transgênicos. Isso tornaria ainda mais difícil o cumprimento do Protocolo de Cartagena pelo País, que

## COP-8 E MOP-3



pede a identificação das cargas geneticamente modificadas no porto exportador. “O ‘pode conter’ atenderia aos objetivos do Protocolo de Cartagena, já que não há provas de que os transgênicos ameaçam a biodiversidade global”, disse.

### **Ongs rejeitam aumentos de custo**

O coro contra o posicionamento brasileiro, criticado de forma velada por países como o México, aliado norte-americano na defesa do “pode conter”, é reforçado por organizações não-governamentais como a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), de promoção da chamada agroecologia..

Para o economista carioca Jean Marc von der Weid, diretor da entidade e membro da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos, coalizão de mais de 80 ongs brasileiras, a proposta brasileira “parece ser um avanço”, mas “é muito aberta e inconsistente porque tenta misturar óleo com água”. “Nessa ambigüidade, é privilegiado o lobby pró-transgênicos”, disse. “Quero ver como a delegação brasileira irá negociar isso na MOP3,”, completou.

Conforme Weid, que fez doutorado em economia agrícola na Universidade de Sorbonne, a posição nacional é muito mais próxima dos interesses da indústria do que dos consumidores e dos ambientalistas. Segundo ele, pela força política e econômica que têm, as forças pró-OGMs conseguem consolidar uma falsa posição junto à sociedade. “Fui atrás das fontes e recalculei todos os dados produzidos pela Ícone. São falsos. Não tem pé nem cabeça”, afirmou o doutor em Economia Agrícola.



## COP-8 E MOP-3



O diretor da AS-PTA afirmou, ainda, que a reação à iniciativa brasileira também revela uma “resistência” da indústria a qualquer forma de controle de sua produção. “A identificação das cargas com OVMs daria poder de escolha aos compradores. Isso assusta a indústria”, disse. “Um período de transição de quatro anos para identificar as cargas com transgênicos pode levar a um novo fato consumado, a contaminação de toda a produção brasileira”, completou Weid.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **GEF apoiará projetos de biossegurança por blocos regionais**

Objetivo é aumentar capacidades nacionais de avaliar riscos de Organismos Vivos Modificados

*José Alberto Gonçalves / 19horas e 45 minutos*

(Curitiba, PR, 14/03/2006) - O GEF (Fundo para o Meio Ambiente Mundial) pretende priorizar o enfoque regional no financiamento dos projetos de biossegurança dos países membros do Protocolo de Cartagena. Pelo novo modelo, o GEF passará a apoiar propostas formuladas por blocos regionais, e não mais por países individualmente, de forma a aumentar a eficiência dos projetos, essenciais para montar e ampliar a estrutura dos laboratórios responsáveis por avaliações de risco e análise de OVMs (Organismos Vivos Modificados).

No modelo regional, será possível, por exemplo, compartilhar o uso de laboratórios que efetuam avaliação de risco de OVMs, que incluem os produtos transgênicos. Em outubro de 2005, o PNUMA (Programa das

## COP-8 E MOP-3



Nações Unidas para o Meio Ambiente) submeteu ao GEF cinco projetos sub-regionais, contemplando um total de 74 países.

Entre 1991 e 2004, o GEF (Global Environmental Facility, na sigla em inglês), um fundo dos países ricos para ajudar nações em desenvolvimento, investiu US\$ 1,89 bilhão em doações e mobilizou outros US\$ 3,8 bilhões de outras fontes para projetos de biodiversidade em todo o mundo, que incluíram os relativos à implementação do Protocolo de Biossegurança.

No período 2006-2010, a previsão preliminar do GEF é alocar US\$ 906 milhões em projetos de biodiversidade, sendo US\$ 75 milhões especificamente destinados à implementação do Protocolo de Cartagena.

A questão do financiamento é um dos principais assuntos que estão sendo discutidos na MOP3 (3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena), em Curitiba. O encontro começou na última segunda-feira e termina na próxima sexta-feira, dia 17.

### Metas para 2010

É consenso entre governos, setor privado e ONGs que um razoável fluxo financeiro para os países em desenvolvimento é crucial para o cumprimento das chamadas metas de 2010, que, entre outras coisas, prevê que cada país signatário da Convenção da Diversidade Biológica possua ao menos 10% de seu território em áreas protegidas.

Entre terça-feira e quinta-feira, um evento paralelo organizado pelo GEF está apresentando experiências de implementação do Protocolo em todo o mundo. Nesta terça-feira à tarde, foi a vez de Camarões, Namíbia, Índia e Colômbia mostrarem avanços e desafios na implementação de projetos desenvolvidos com recursos do GEF.

## COP-8 E MOP-3



A Índia é palco de um dos principais programas de biossegurança apoiados pelo GEF. Manoranjan Hota, coordenador do programa indiano, contou no painel da MOP3 que os recursos do fundo ambiental serão usados para o treinamento de especialistas em genética molecular.

Com isso, o país pretende melhorar sua capacidade para detectar traços de OVMs enquadrados no AIA (sigla em inglês para Acordo de Informação Prévia). O AIA é previsto no Protocolo e visa o fornecimento de informações sobre a presença de produtos com traços de organismos geneticamente modificados.

Outro destino dos recursos do GEF na Índia será o desenvolvimento de capacidade de campo para monitorar possíveis fluxos genéticos entre OVMs e espécies aparentadas selvagens e semi-domésticas.

Hota afirmou, ainda, durante o painel, que a Índia quer tornar sua estrutura de biossegurança disponível para a cooperação entre países do hemisfério Sul, aliás um dos temas mais presentes na MOP3.

Durante sua fala, Mary Fosi Mbantenkhu, dos Camarões, disse que medir os resultados dos projetos por números de documentos produzidos é inaccurado. Já M Kandawa-Schulz, da Namíbia, destacou a questão do regime regulatório para pesquisas e comercialização de OVMs. Segundo ela, a aprovação de tal regime pelo Parlamento é mais tranquila quando há um posicionamento comum dos ministros em seu favor.

Na Colômbia, os recursos do GEF estão sendo utilizados para capacitar quatro laboratórios nacionais na avaliação de risco de OVMs para a saúde e o meio ambiente e detectar traços de transgênicos em alimentos e plantas. A informação foi dada por Elisabeth Hodson, coordenadora dos projetos de biossegurança apoiados pelo GEF na Colômbia.



### **Produtores criticam proposta brasileira**

Normas de rotulagem aumentariam custos e dificultariam competição com outros países, afirmam

*Eduardo Nunes / 19horas e 25 minutos*

(Curitiba, PR, 14/03/2006) O vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso (Aprosoja), Marcos da Rosa, afirmou que o governo não trata da questão agropecuária de "maneira séria". A crítica se refere à decisão do governo brasileiro de defender a identificação de Organismos Vivos Modificados (OVMs) com a expressão "contém", que está sendo apresentada à 3.<sup>a</sup> Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), que está sendo realizado em Curitiba (PR) até o dia 17.

Segundo Rosa, o Brasil não deveria nem ter ratificado o Protocolo de Cartagena em 2003 (em Kuala Lumpur, na Malásia). "Somos um dos maiores produtores mundiais de grãos. E os países concorrentes, os EUA, a Argentina e o Canadá, não ratificaram o Protocolo. Agora, uma vez que as autoridades brasileira já o fizeram, então deveriam ao longo dos anos seguintes utilizar a expressão 'pode conter'", reclamou.

Ele observou que não existem estudos econômicos que informem quanto os testes durante toda a cadeia de produção vão custar. "Mas os estudos preliminares apontam que os custos vão aumentar em três ou quatro vezes a mais por hectare na produção de grãos (soja e milho)", afirmou o vice-presidente da Aprosoja.

Na opinião de Rosa, caso a proposta brasileira pela expressão 'contém' seja aprovada durante a MOP3, uma possível redução nos custos na produção de grãos através da adoção do plantio de transgênicos

## COP-8 E MOP-3



ficaria inviável. "O plantio de transgênicos é uma possibilidade de reduzir os custos de produção, uma vez que a política cambial brasileira não tem apoiado o produtor. Com esta medida, o plantio de transgênicos fica inviável", criticou o produtor, que tem uma propriedade em Canarana, na região Leste do Mato Grosso, a 850 quilômetros de Cuiabá.

Para ele, a plantação de transgênicos no Mato Grosso é irrisória "porque ainda não há o respaldo científico e econômico que viabilize esta alternativa. Mas seria uma boa saída para reduzir os custos de produção", explicou.

Outro produtor de soja transgênica que atacou a decisão do governo brasileiro foi Almir Rebelo, de Tupãciretã, no Rio Grande do Sul. Os produtores vão ficar ainda mais limitados em sua ação e penalizados, uma vez que vão sofrer com a redução de margens, afirmou.. "Se aprovada, a decisão só vai burocratizar e gerar custos para o produtor, sem realmente nenhum benefício para o Brasil. Vamos nos posicionar contra mais este custo desnecessário", disse.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Livro alerta contra perda da identidade indígena**

Globalização e a imposição de "ponto de vista industrial" seriam as causas, afirmam autores

*Marina Koçouski / 19horas e 15 minutos*

(Curitiba, PR, 14/03/2006) – A perda da identidade do povo indígena pela globalização é o tema do livro "Guerra de Paradigmas – Resistência dos Povos Indígenas à Globalização Econômica", que foi lançado

## COP-8 E MOP-3



nesta terça-feira, durante o Fórum Global da Sociedade Civil, evento paralelo à 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A obra tem a participação de autores indígenas e também de não-indígenas.

O estadunidense Víctor Menotti, um dos autores do livro, disse que a obra tem duplo objetivo. “Queremos elevar as perspectivas dos povos indígenas sobre as culturas e temas indígenas. Também buscamos mostrar aos povos não-indígenas os impactos que a globalização causa aos indígenas”, argumenta.

A “Guerra de Paradigmas” a que se refere o título do livro, explica Menotti, reflete o confronto entre os pontos de vista indígena e industrial, como as sociedades indígenas respondem a estas ameaças e oportunidades que surgem com a globalização. “O povo indígena é o maior impactado, mas não tem voz neste processo”, diz.

Segundo ele, uma forma de conter o avanço dos efeitos da globalização sobre os povos indígenas seria a unificação das sociedades indígenas em busca de mudanças nas regras lançadas pelo Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O livro aborda as regras chamadas de burocráticas destes organismos multilaterais e a crescente perda da propriedade das terras indígenas, especialmente América do Sul, Ásia e África. A obra também analisa o impacto das indústrias de extrativismo e os efeitos da globalização na cultura e turismo. A “Guerra de Paradigmas” aponta ainda o avanço político da população indígena na Bolívia e o progresso alcançado com agências da Organização das Nações Unidas (ONU).

O brasileiro Marcos Terena, um dos autores e coordenador da participação indígena na COP8, diz que “em nome da globalização, ensinam-nos nova língua, nova maneira de vestir-nos. Muitos indígenas,

## COP-8 E MOP-3



por conta disso, morreram fisicamente, outros culturalmente. Atualmente a pergunta é: que pedaço de índio está em nós?”, pergunta.

Segundo dados do IBGE (2000), são 350.829 indígenas rurais, e 383.298 “urbanos”. No mundo, índices da Organização das Nações Unidas (ONU) revelam a existência de 350 milhões de indígenas, população maior que dos EUA.

Para saber mais, acesso [www.ifg.org](http://www.ifg.org)

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **"Contém" pode ampliar mercados para o Brasil, estima certificador**

Maior empresa internacional de testagem de transgênicos aplaude proposta brasileira na MOP3

*Aldem Bourscheit / 18horas e 45 minutos*

Curitiba (PR) - O Brasil poderá consolidar e ampliar seu espaço no mercado global de soja se for aprovado na 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, em Curitiba (PR), o uso da expressão “contém” para identificar carregamentos importados ou exportados com Organismos Vivos Modificados (OVMs). A afirmação é do diretor-executivo da empresa certificadora internacional Cert-ID para o Brasil e América do Sul, Augusto Freire. A Cert-ID é a maior certificadora global de produtos agrícolas.

## **COP-8 E MOP-3**



Após o anúncio feito ontem pela ministra do Meio Ambiente Marina Silva, de que o governo defenderá o “contém” na rotulagem de produtos importados e exportados com OVMs em sua composição, cresceu a disputa de argumentos e números na MOP3. O evento reúne mais de 130 países que estão debatendo a criação de um sistema que garanta segurança ambiental e à saúde para o mercado internacional de transgênicos destinados à alimentação humana, animal ou para outros usos.

O posicionamento governamental desagradou setores ligados ao agronegócio, que defendem o “pode conter” OVMs e chegou a surpreender associações de produtores e de indústrias. Não faltaram críticas, como a de que o uso do “contém” na rotulagem elevaria os custos de produção de grãos e reduziria o espaço nacional no mercado externo.

“É mentira deles (o aumento de custos)”, disse Freire. Segundo ele, a identificação de cargas transgênicas custa até cinco centavos de dólar por tonelada e até 25 centavos de dólar para o rastreamento em toda a cadeia de produção. “Elas (as indústrias) gastam mais com controle de qualidade, cerca de dez centavos de dólar por tonelada. O setor não quer transparência, assim como ocorre nos Estados Unidos, onde a pressão das agroindústrias é muito forte”, ressaltou.

### **Solução para o impasse de Montreal**



## COP-8 E MOP-3



Para a ministra do Meio Ambiente Marina Silva, a proposta brasileira ajudará na solução de um impasse que se estendia desde a MOP2, realizada em Montreal, no Canadá (2005). O governo brasileiro defende que seja adotado o “contém” para o comércio de produtos com OVMs que já possam ser identificados e rastreados e que seja definido um prazo para que outros produtos adotem o “pode conter” até que seu sistema de produção se enquadre às regras do Protocolo de Cartagena.

Marina Silva explicou que a idéia é fazer com que os setores produtivos se adequem ao longo dos quatro anos sugeridos pelo governo na MOP3, e não só ao fim desse período. “Nossa proposta é para uma regulação gradual do setor”, disse a ministra.

Conforme o diretor-executivo da Cert-ID, o País também pode ter vantagens econômicas a partir da redução global das exportações de farelo de soja, provocada pela crise da Gripe Aviária. A doença levou ao sacrifício de milhares de animais em todo o mundo. “Se o Brasil implementar um bom sistema de identificação e rastreabilidade de sua produção, terá preferência no mercado internacional com a retomada do comércio de soja”, ressaltou. “Meu voto é pelo uso do ‘contém’. Isso atende às indústrias e ao País”, completou.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Identificação de transgênicos começa agora, diz Marina Silva**

Ministra disse que o Brasil vai criar até 2010 as condições para fiscalização da rotulagem de produtos com a expressão “contém” ogms

Valdeci Lizarte / 18horas e 30 minutos

## COP-8 E MOP-3



(Curitiba, PR, 14/03/2006) A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, rebateu as críticas à proposta que o Brasil fará na 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3). A posição do governo brasileiro será defender a adoção do limite de 2010 para que todos os organismos vivos geneticamente modificados (OVMs) sejam identificados com o rótulo de “contém” nas comercialização com outros países. A fala da Ministra aconteceu no encontro com representantes da Fórum Brasileiro das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS),

Para Marina Silva, a fase de transição de quatro anos para a rotulagem dos OVMs não significa que o governo brasileiro vai esperar até o final do prazo para iniciar a exigência da identificação desses produtos. “A lei cria um processo cumulativo e processual. Ao mesmo tempo que vamos criando a estrutura e as condições necessárias para a segregação, vamos também fazendo a identificação”, garantiu.

A ministra explicou que o período de transição é necessário porque o Brasil não tem uma estrutura de silos, de portos e de transporte para fazer a segregação. “Mas isso não significa conceder um tempo para o início da identificação. Ela começa a partir de agora para todos que hoje já estão fazendo a segregação”, garantiu.

Marina lembrou ainda que a proposta brasileira é uma decisão do País não uma conquista de setores isolados do governo. Além disso, a regulamentação foi criada a partir de consultas e das necessidades de todos os setores envolvidos na discussão. “É uma posição que dialoga com o conjunto da sociedade e que cria um prazo para que se possa criar a estrutura logística para se fazer a segregação e a identificação.

## COP-8 E MOP-3



“Estamos aprendendo que defender o meio ambiente também é fazer um ponte com o desenvolvimento do país”, completou.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Produtores garantem inocuidade de transgênicos**

Evento de grandes agricultores mostrou benefício de ogms em várias partes do mundo

Adir Nasser Junior / 17 horas e 40 minutos

(Curitiba, PR, 14/03/2006) O cultivo de organismos geneticamente modificados (OGMs) não causa danos ao meio ambiente, traz mais rentabilidade aos produtores e pode ser uma solução para países com pequenas áreas agricultáveis, além de auxiliar países pobres a combater a desnutrição.

Esta foi uma das conclusões do seminário “A Farmer’s Defense”, evento paralelo à 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3). Organizado pelo US Grains Council, entidade norte-americana de grandes produtores de grãos, o evento também divulgou resultados de pesquisas realizadas com versões modificadas de mamão, tomate, alface, banana e outros vegetais.

Edwin Paraluman, agricultor filipino que cultiva milho geneticamente modificado, mostrou que o novo produto é particularmente benéfico para seu país, que têm estreitas faixas de terra cultiváveis e precisa incrementar a produtividade para fazer frente à nutrição insuficiente de crianças. Paraluman observou 37% de aumento na produtividade no seu cultivo, com redução de 60% nos custos com agrotóxicos. “Ao

## COP-8 E MOP-3



cultivar milho BT, pela primeira vez uma plantação livre da broca (praga que ataca a espiga do vegetal)”, afirmou.

O produtor brasileiro de soja transgênica Almir Rebelo lembrou que o milho BT, que ainda não tem plantio liberado no país, pode indiretamente livrar os grãos das micotoxinas causadas pela umidade na espiga atacada pela broca. Advocate Mdutshane, dirigente da Associação dos Agricultores de Xopozo, na África do Sul, preferiu destacar os benefícios sociais dos novos cultivares. Para ele, os OGMs em mostraram-se interessantes seu país para produtores familiares organizados em associações. Segundo Mdutshane, a opção pelos OGMs deve ser uma escolha livre dos produtores, mas precisa estar associada a planos de gerenciamento para melhorar os rendimentos agrícolas.

Para saber mais:

[www.whybiotech.com](http://www.whybiotech.com)

[www.ncbiotech.org](http://www.ncbiotech.org)

[www.grains.org/](http://www.grains.org/)

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Povos indígenas querem proteger seus valores tradicionais**

A repartição de benefícios gerados pelo aproveitamento de produtos derivados da diversidade biológica será um dos temas da COP8

Marina Koçouski / 17horas e 15 minutos



(Curitiba, PR, 14/03/2006) Os povos indígenas querem chamar a atenção para a proteção dos seus valores com potencial de mercado e a repartição dos benefícios assim gerados. Os dois assuntos farão parte das discussões da 8ª Reunião dos Países Membros da Convenção da Diversidade Biológica (COP8), que começa na próxima semana em Curitiba (PR). Este foi um dos temas da palestra realizada nesta terça-feira, durante o Fórum Global da Sociedade Civil, que vai até o dia 31, sob coordenação do Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

“Nós, povos indígenas, temos um conhecimento tradicional sobre plantas e raízes. Queremos compartilhar estes saberes com a ciência moderna, mas para isso é preciso que haja um anteparo de proteção às aldeias, seja em relação à repartição dos benefícios gerados ou da garantia do direito à terra”, explicou Marcos Terena, coordenador da participação indígena na COP8.

Para fortalecer a participação do povo indígena na COP8, o Fórum Internacional Indígena trará a Curitiba, nesta quinta-feira, cerca de 200 índios de todos os continentes, para fazer sugestões sobre a garantia dos direitos dos povos indígenas.

Terena lembrou ainda que o Artigo 8j da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) reconhece a existência do conhecimento tradicional, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas. Apesar disso, as formas para garantir a repartição destes benefícios precisam de definições mais claras, o que será motivo de muitas discussões durante a COP8.

**Comunidades locais** - Como representante das comunidades locais, condição que envolve pequenos plantadores, população ribeirinha, caiceiros e outros, Edna Marajoara, presidente da Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó, também representante do Fórum Internacional de

## COP-8 E MOP-3



Comunidades Locais para Biodiversidade no âmbito da CDB, disse que sua principal preocupação é a possibilidade da invasão de transgênicos na Amazônia.

“Está havendo uma devastação enorme da Amazônia para plantios. Nossa esperança era que o Governo Federal decidisse rotular os transgênicos imediatamente e não em quatro anos. A pavimentação da rodovia Santarém-Cuibá irá trazer os transgênicos para a Amazônia. Temos muito medo de que isso possa contaminar nossas plantações e mananciais”, disse.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Fórum de ongs quer urgência na regulamentação de transgênicos**

Entidade lembra que discussões se arrastam desde a década de 1970

Marina Koçouski / 17 horas

(Curitiba, PR, 14/03/2003) Durante a primeira palestra pelo Fórum Global da Sociedade Civil, realizada ontem (13), Marijane Lisboa, consultora política da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), classificou como “urgente” a necessidade de regulamentação de instrumentos internacionais sobre riscos em biossegurança. “As discussões sobre criação de instrumentos internacionais de biossegurança são da década de 1970. As negociações sempre chegam com muito atraso. Já ocorreram muitas contaminações. Não é possível esperar mais”, afirma.

Marijane disse ainda que nenhuma pesquisa foi desenvolvida para tentar descobrir os riscos dos transgênicos à saúde humana. “Nas poucas pesquisas realizadas com animais, notaram-se algumas

## COP-8 E MOP-3



alterações como fecundação reduzida, redução no tempo de vida e outros. Mas a continuidade dos estudos sempre foi desencorajada”, afirma. Como exemplo, citou uma pesquisa realizada nos Estados Unidos com vacas alimentadas por soja transgênica. Os animais apresentaram significativo aumento no teor de gordura do leite.

O Fórum Global da Sociedade Civil, considerado evento associado à MOP3, é organizado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS). Essa entidade foi criada pouco antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, para ampliar a representação de ONGs e entidades civis naquele evento. Desde então, a FBOMS, que tem mais de 500 associadas, participa de atividades nacionais e internacionais relacionadas ao tema ambiental.

Ontem o Fboms também realizou uma caminhada com participação de cerca de 700 representantes de ONGs e sociedades civis. Os manifestantes partiram a um quilômetro de distância, em direção ao Expotrade, com faixas e cartazes em favor da regulamentação dos transgênicos e defesa do meio ambiente.

Para mais informações acesse [www.fboms.org.br](http://www.fboms.org.br)

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Poucos países concentram capacitação em biossegurança**

Segundo a Universidade da ONU, a maior parte dos recursos está em 10 grandes projetos

## COP-8 E MOP-3



Adyr Nasser Júnior / 12hs

(Curitiba, PR, 14/03/2006) Cerca de 90% dos recursos destinados à criação de estrutura de biossegurança em países em desenvolvimento – inclusive para a adequação de normas do Protocolo de Cartagena – foram destinados aos 10 maiores projetos nessa área.

Este foi um dos resultados preliminares de um estudo do *Instituto de Estudos Avançados da Universidade das Nações Unidas* (IAS-UNU, na sigla em inglês) sobre os esforços em curso em países em desenvolvimento para criar capacitação de estrutura em biotecnologia e biossegurança que foi apresentado ontem (13) em um evento paralelo à 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança MOP3.

A avaliação também apontou uma concentração regional: enquanto 50% dos recursos foram destinados ao continente africano, Europa Central e Europa Oriental receberam apenas 8% do valor. O sumário da avaliação – que está sujeito a modificações após o debate e será apresentado, com alterações, como subsídio ao documento final do MOP3 – mostrou ainda que nos últimos quinze anos, o montante investido nos países em desenvolvimento chegou a US\$ 169 milhões.

As recomendações foram para orientar as políticas de capacitação em biossegurança nos países em desenvolvimento pela demanda, buscando implementá-las segundo suas necessidades e se valendo de recursos próprios – um item que fala diretamente à soberania dos países que recebem as verbas, já que não admitem que a coordenação dos projetos seja feita pelo doador.

A pesquisa também aponta a necessidade de serem adotados projetos de capacitação de longa duração, bem como a busca de uma maior diversificação nos doadores – hoje, a grande parte dos recursos provém



## COP-8 E MOP-3



do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF, do inglês *Global Environment Facility*). O estudo completo deve ser concluído entre junho e julho deste ano.

Entretanto, pesquisadores que ajudaram a elaborar a pesquisa, como o professor francês Albert Sasson, um dos consultores em biotecnologia da IAS-UNU, têm posição mais crítica. Para ele, o foco das preocupações com a biotecnologia são não com os pequenos hiatos entre os países, mas com os verdadeiros déficits de formação e informação técnica.

O estudo recomenda o aumento da cooperação tecnológica sul-sul – ou seja, entre países em desenvolvimento – por meio de intercâmbios bilaterais de técnicos e uso de tecnologias similares. A objeção é de que, embora a colaboração proposta possa ser benéfica, será difícil às pequenas economias implementar políticas eficientes de capacitação sem apoio dos países do norte.

Para mais informações, acesse [www.ias.unu.edu](http://www.ias.unu.edu)

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Posição do Brasil influencia outros países**

Nação é um dos líderes tradicionais nesse debate internacional, devido à sua condição de país com megabiodiversidade

Juliana Reis/12 horas

(Curitiba, 14/03/2006) A repercussão da posição brasileira, adotada ontem, em apoiar a rotulagem dos produtos transgênicos, anunciada ontem à noite, marcou a manhã de terça-feira da 3ª

## COP-8 E MOP-3



Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3). Em entrevista coletiva pela manhã, a secretária do MOP-3, Cyrie Sendashonga, falou da influência do Brasil no processo de decisão dos outros países megadiversos, enquanto a delegação brasileira comunicava oficialmente sua decisão aos países da América Latina e Caribe.

“A posição do Brasil é revolucionária”, declarou Rubens Nodari, gerente de recursos genéticos do Ministério do Meio Ambiente. Nodari sinalizou, no entanto, que os países da América Latina, principalmente o México - que hoje posiciona-se a favor da rotulagem na forma “pode conter” transgênicos- estão dispostos a discutir e eventualmente alterar suas posições.

“O fato do Brasil influenciar a decisão de outros países acontece porque ele é um dos líderes na Convenção da Diversidade Biológica. Além de ser o país mais megadiverso do mundo, é um grande exportador, sediou a Eco 92 no Rio de Janeiro, sediará a COP8 e vem implementando todas as decisões da Convenção sobre Diversidade Biológica”.

Para Nodari, a posição do Brasil garante a qualidade e a competitividade da exportação dos produtos brasileiros. Ele observou que há estratégias para diminuir o custo da rotulagem, preocupação de muitos exportadores e países que ainda não se posicionaram.

O período de transição de quatro anos para certos tipos de transgênicos, decisão que consta da posição brasileira anunciada ontem, para que a expressão “contém” seja adotada pelo mercado poderá também ser negociado durante o evento.



## **Brasil define posição sobre identificação de transgênicos**

Aldem Bourscheit / 20h30min

(Curitiba, PR, 13/03/2006) - O Brasil definiu hoje a sua posição quanto à identificação de organismos vivos geneticamente modificados (OVMs). A partir de reunião liderada pelo presidente Luiz Inácio da Silva, em Brasília, o governo decidiu que a expressão "contém" (OGMs) será defendida pela delegação brasileira na 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), que ocorre em Curitiba (PR) até o dia 17.

Se aprovada, a medida será adotada em produtos que já podem ser rastreados e identificados nas cadeias de produção como geneticamente alterados. A expressão "pode conter" será usada nos demais produtos transgênicos em uma fase de transição de até quatro anos.

Conforme divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, "a posição brasileira visa garantir a co-existência na produção de OGMs e de não-OGMs, com condições equilibradas entre os que fizeram uma ou outra opção de produção e é coerente com a legislação interna que prevê a necessidade de rotulagem dos produtos transgênicos".

A definição do Governo terá influência direta sobre as negociações da MOP3. Durante o evento, ainda será negociado o período de transição para que a expressão "contém" seja adotada pelo mercado. Com a posição adotada pelo Brasil, o maior exportador de produtos agrícolas a ratificar o Protocolo de

## **COP-8 E MOP-3**



Cartagena, outros países e setores da sociedade brasileira devem tornar mais claras suas posições quanto à rotulagem de OGMs.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Seguem informações divulgadas pelo Ministério do Meio Ambiente:**

Brasília, 13 de março de 2.006

O Senhor Presidente da República, em reunião ocorrida na data de hoje, determinou que a posição brasileira a ser apresentada na Terceira Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP 3) sobre Biossegurança, que ocorre na cidade de Curitiba, no período de 13 a 17 de março é a que segue:

Posição brasileira é composta de cinco pontos:

- 1) Os OVMs objeto de movimentos transfronteiriços devem estar aprovados no país exportador e também no país importador;
- 2) A expressão "contém" será utilizada nos casos onde exista preservação da identidade no sistema de produção;
- 3) Fica estabelecida uma fase de transição de quatro anos para que os países implementem o sistema de preservação da identidade na produção de OVMs destinados a movimentos transfronteiriços;
- 4) Nos demais casos e durante uma fase de transição de quatro anos será utilizada a expressão "pode

## COP-8 E MOP-3



conter" seguido da lista de todos os eventos de transformação genética aprovados no país exportador;  
5) Após o período de transição toda a movimentação transfronteiriça de OVMs deverá adotar a expressão "contém" com a especificação dos eventos contidos no produto exportado.

A posição brasileira visa garantir a co-existência na produção de OGMs e de "não-OGMs", com condições equilibradas entre os que fizerem uma ou outra opção de produção e é coerente com a legislação interna que prevê a necessidade de rotulagem dos produtos transgênicos.

O período de transição foi incluída na posição brasileira devido a necessidade de investimentos em logística e certificação do sistema que garantam a identificação dos OGM's. Apesar de já haver iniciativas nesse sentido no Brasil, porém com o objetivo de cobrança de royalties por exigência dos detentores de patentes de OGMs, essa realidade não pode ser negligenciada.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Começa o debate sobre identificação de transgênicos na MOP3**

Negociadores querem fazer discussões avançarem mais em Curitiba do que em Montreal

*Eduardo Nunes*

(Curitiba, PR, 23/03/2006) – A vontade de avançar em decisões dominou Curitiba, durante o primeiro dia da 3.ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3). Os negociadores de

## COP-8 E MOP-3



mais de 130 países discutiram manipulação, transporte, embalagem e identificação de Organismos Vivos Modificados (OVMs). "Na reunião de 2004, em Montreal, Canadá, não conseguimos chegar a um acordo. Precisamos avançar desta vez", afirmou a delegada da Noruega, Birthe Ivars, que presidiu um dos Grupos de Trabalho do evento.

O representante do governo brasileiro no Grupo de Trabalho sobre os OVMs, diplomata Hadil da Rocha Vianna, adiantou que o Brasil irá "respeitar os interesses dos países exportadores e importadores, bem como a saúde humana. Consideramos que podemos contribuir para a definição de regras internacionais sobre os OVMs", disse Vianna. "O Brasil tem notado uma disposição de todas as delegações no sentido de buscar um resultado que seja mutuamente satisfatório", completou.

Segundo Vianna, o Brasil está comprometido em buscar regras claras e simples que levem em consideração os interesses dos países em desenvolvimento. O representante da União Europeia, Hugo Maria Schally, avaliou que é necessário definir uma posição nesta semana no sentido de determinar a divulgação de informações claras, pragmáticas e acessíveis para que os países importadores possam estar bem informados", afirmou.

Ele reconheceu os problemas enfrentados pelos países exportadores para adotar novas regras. "Temos conhecimento dos problemas de custo, infra-estrutura e manipulação. Estamos prontos para ouvir os problemas e chegar a um consenso e a um compromisso comum. Nossa ideia é incluir a flexibilidade na decisão, sem perder os objetivos do Protocolo de Cartagena. Mas precisamos tomar uma decisão nesta semana", concluiu.

## **COP-8 E MOP-3**



O Protocolo de Cartagena, tem por objetivo contribuir para que o fluxo transfronteiriço de OVMs seja transparente e realizado por meio de medidas de segurança, protegendo o meio ambiente e levando em conta os riscos à saúde humana.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Cientista quer ampliar participação de pesquisadores nas decisões do Protocolo de Cartagena**

*Juliana Reis / 19h*

Curitiba (PR) / 13/03/2006 - Transgênico não faz mal, não causa perda da biodiversidade e garantir a coexistência entre produtos geneticamente modificados e produtos convencionais é possível, avalia o biólogo suíço Klaus Amman, membro da organização não-governamental Public Research and Regulation Foundation (PRRF), que participa da 3ª Reunião dos Países Membros do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3), em Curitiba (PR) com outros 45 cientistas vindos de diversos países.

A PRRF deseja ampliar a participação de cientistas nas tomadas de decisão referentes ao Protocolo de Cartagena. Klaus Amman não identificou perda de biodiversidade em nenhuma das pesquisas que já realizou com transgênicos.

Contrário à necessidade de rotular produtos que contenham transgênicos, Amman defendeu que grandes exportadores, como o Brasil, podem encontrar dificuldade na hora de denominar tantos carregamentos devido ao alto custo que essa atividade demandaria. “Entendo a posição do Brasil e que as pessoas prefiram não comer transgênicos, mas não concordo com impor a rotulagem”, disse.



Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Greenpeace aponta “contaminação” por transgênicos em 39 países**

Brasil é citado quatro vezes no estudo que acusa países de não terem relatado casos de mistura de alimento convencional com organismos geneticamente modificados

*Assessoria de imprensa da MOP3/COP8 / Rodrigo Morosini*

Curitiba (PR) / 13/03/2006 - A organização ambientalista Greenpeace divulgou na tarde desta segunda-feira seu primeiro relatório sobre contaminação do meio ambiente por organismos geneticamente modificados. O estudo aponta 17 casos de violação do Protocolo de Cartagena, que regula movimentos transfronteiriços de Organismos Vivos Modificados (OVMs).

“No total, são 113 casos de contaminação genética. Apesar de a maior parte ser doméstica, preocupa-nos o fato de nenhum destes casos terem sido relatados”, ressaltou o diretor de Políticas Públicas da entidade no Brasil, Sérgio Leitão, durante entrevista coletiva no primeiro dia da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena, que se realiza em Curitiba (PR).

O relatório foi elaborado pelo Greenpeace e pela organização inglesa GeneWatch e trata da mistura acidental de alimentos transgênicos com alimentos convencionais ocorrida nos últimos dez anos em 39 países. “Quando falamos em contaminação, estamos utilizando o termo correto. Afinal, falamos sobre algo



## COP-8 E MOP-3



que não deveria estar no local em que está”, explica Benedikt Haerlin, chefe da delegação internacional do Greenpeace no evento.

O Brasil é citado quatro vezes no relatório. Foram registrados casos de contaminação a partir de 1998, com a entrada ilegal no Rio Grande do Sul de soja transgênia originária da Argentina. O último caso relata a comercialização de milho transgênico naquele Estado em 2005.

O Greenpeace também destacou sua preocupação sobre a decisão do país em relação a identificação de OVMs. “Na prática, quando se diz ‘pode conter’ se afirma ‘pode fazer qualquer coisa’. O que nós esperamos é que o país adote uma postura de respeito ao consumidor e ao mundo. Os gigantes da indústria de biotecnologia não estão nem um pouco interessados no direito de escolha do consumidor”, avaliou Sérgio Leitão, referindo-se aos termos técnicos em debate na Reunião, que podem ser exigidos para rotular cargas de alimentos que contenham OVMs.

Para Leitão, o Brasil tem posição estratégica no assunto. “A decisão do Brasil deve influenciar outros países porque o País é o único signatário do Protocolo entre os grandes exportadores de soja”, explicou.

A íntegra do relatório, em português, está em [www.greenpeace.org.br/transgenicos/pdf/contaminacao2005.pdf](http://www.greenpeace.org.br/transgenicos/pdf/contaminacao2005.pdf)

## **COP-8 E MOP-3**



### **Presidente da COP quer urgência na definição sobre rotulagem de transgênicos**

“Precisamos assumir o compromisso de não sairmos de Curitiba sem resolver essa questão”, disse Nasron Fatimah Raya

Valdeci Lizarte e Juliana Reis / 15h

Curitiba (PR) / 13/03/2006 - A presidente da Conferência das Partes da Convenção sobre diversidade Biológica (COP), Nasron Fatimah Raya, afirmou nesta segunda-feira (13) que os representantes dos países que participam da Reunião das Partes (Países Membros) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3) precisam definir as regras da rotulagem e da identificação de organismos geneticamente modificados (OGMs) na alimentação humana e para o uso em ração animal.

“Precisamos assumir o compromisso de não sairmos de Curitiba sem resolver essa questão, que é crucial para países em desenvolvimento”, disse Raya durante a abertura oficial da MOP 3, na capital do Paraná. Nasron Fatimah Raya lembrou que ainda há itens pendentes da MOP2, realizada em Montreal, no Canadá, em janeiro de 2005.

O secretário-executivo da Conferência sobre Diversidade Biológica, Ahmed Djoghlaif, afirmou depositar no MOP 3 a esperança de que, finalmente, as partes cheguem a uma conclusão para que seja realizada a meta do desenvolvimento sustentável. “Mas sejamos claros: não será possível atingir nossa meta sem a participação entre governos e parceiros como a sociedade civil, as comunidades locais, comunidades indígenas e setor privado”, concluiu Djoghlaif.

O secretário-executivo do Ministério do Meio-Ambiente, Cláudio Langone, julgou altamente recomendável o intercâmbio de informação para que as decisões sejam tomadas. “A questão relaciona-se com a falta de

## COP-8 E MOP-3



certeza científica”, ponderou. “A biotecnologia é poderosa e qualquer engano pode gerar mudanças graves no meio ambiente. O protocolo lida com temas suficientemente complexos para apenas serem discutidos por uma parte a sociedade. Os governos são responsáveis, mas precisam da cooperação de outros setores como o civil e o científico”.

O governador do Paraná, Roberto Requião, também cobrou definições dos países que estão participando da Conferência sobre a rotulagem dos produtos geneticamente modificados. “Chegamos a um ponto tal que qualquer concessão, ainda que aparentemente pequena, desimportante, contribui para movimentar a apocalíptica engrenagem da destruição do planeta”, defendeu Requião.

Ele também lembrou a posição do governo do Paraná em tentar tornar o Estado livre do plantio de transgênicos, e em especial do soja. Segundo Requião, o Paraná produz cerca de 25 milhões de toneladas por ano de grãos, das quais quase 10 milhões são de soja.

O prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, ressaltou a importância da Conferência para a discussão de assuntos importantes para os países em desenvolvimento, em especial os que possuem recursos naturais em grande quantidade e que reivindicam uma repartição dos benefícios que esses recursos proporcionam à sociedade global.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **MOP-3 começa a discutir uso seguro da biotecnologia**

Primeiro dia da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena traz discussão sobre rotulagem dos OGMs

## COP-8 E MOP-3



*Rodrigo Morosini*

A secretária da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-3), Cyrie Sendashonga, apresentou na manhã desta segunda-feira a pauta para o primeiro dia de debates do encontro. O cronograma começa com uma sessão plenária – iniciada às 10h e aberta para todos os participantes e imprensa. Após análise dos temas, os secretários serão divididos em dois grupos para debater detalhes sobre o transporte, manipulação e identificação de organismos geneticamente modificados, entre outros assuntos.

Os trabalhos estão previstos para começar às 13h e seguir até às 18h. “A divisão é um esforço para que seja possível cumprir toda a pauta da convenção”, explicou a secretária ao ressaltar que a identificação de organismos geneticamente modificados já começa a ser debatida pelo primeiro grupo de trabalho. “A rotulagem não foi definida na última reunião, em 2005, no Canadá. Pretendemos chegar a um consenso até o fim desta semana”, afirmou ao utilizar a forma pela qual é mais conhecida a identificação de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs.

O chefe de gabinete do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério de Relações Exteriores, Bernardo Velloso, acompanhou a secretária e falou sobre a atuação do governo brasileiro no encontro. “O assunto é de grande interesse e merece análise cuidadosa, pois envolve complexidades como a diversidade biológica do país, seu peso no mercado internacional e a biotecnologia em acelerada evolução. Queremos contribuir para que um consenso sobre o tema seja alcançado até o fim da semana”.

## COP-8 E MOP-3



Segundo Sendashonga, a reunião deste ano deve ter a maior participação de todos os encontros, com cerca de 1600 delegados. O número deve ser alcançado na próxima semana, quando começa a Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade (COP-8). A imprensa credenciada pode ter acesso diário à agenda prévia sobre o andamento dos trabalhos entrevistas coletivas às 8h30 e às 13h30.

Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

### **Princípio da repartição paralisa pesquisas, diz secretário-geral da IUBS**

Cientista suíço apóia idéia da Convenção da Diversidade Biológica, mas diz que benefícios nem sempre são diretos

*José Alberto Gonçalves / 17horas e 55 minutos*

(Pinhais, PR, 17/03/2006) Muitos cientistas têm reclamado que as legislações sobre acesso a recursos genéticos e repartição com as comunidades locais dos benefícios dessa prospecção estão mais prejudicando do que contribuindo com a conservação da biodiversidade. O princípio é previsto na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e foi tratado pelas chamadas Diretrizes de Bonn, de 2002. O secretário geral da IUBS (na sigla em inglês, União Internacional de Ciências Biológicas), o suíço Christoph Scheidegger, resume na entrevista abaixo as preocupações da comunidade científica. Ele é um dos organizadores do seminário "Biodiversidade - a megaciência em foco", que começou na quarta-feira à noite (dia 15) e termina neste domingo.



***Qual o motivo da preocupação dos cientistas em relação ao princípio da repartição de benefícios?***

O processo de repartição de benefícios é positivo, mas percebemos que muitos projetos de cooperação em taxonomia estão sendo paralisados ou impedidos de começar porque regulacoes são tão estritas que levam anos para as pesquisas de campo começarem.

***Essa situação vem se agravando?***

Em alguns países, a situação está melhorando, porque eles perceberam que paralisaram a pesquisa, ao invés de facilitá-la, que foi a idéia inicial do princípio da repartição. Certamente, o princípio nos pede para considerar as necessidades da população local e leva em conta que se criam benefícios que futuramente podem fluir de volta para a comunidade. Outro aspecto é o enfoque na capacitação. Quando se vai a campo, deve-se cooperar o tanto quanto possível com as universidades locais, com a população local. Há bons exemplos da presença do conhecimento tradicional em pesquisas científicas. Está claro que isso deve ser regulamentado pelas diretrizes da repartição de benefícios. Mas é também necessário entender que na pesquisa taxonômica investigamos espécies animais e vegetais que às vezes não são percebidas pela população local. Temos um razoável consenso na comunidade científica de que devemos tentar encontrar caminhos para que o princípio facilite a pesquisa, ao invés de torná-la impossível em vários aspectos.

***Alguns governos de países em desenvolvimento temem o acesso indireto de laboratórios multinacionais e indústrias de cosméticos a plantas e animais de sua biodiversidade alegando que isso muitas vezes se dá por meio de pesquisas científicas. Há sentido nessa alegação?***

## COP-8 E MOP-3



Dou o exemplo das Filipinas, onde de 30 pedidos de pesquisa, apenas duas alcançaram a fase final do processo do ABS. Foram seguidas todas as regras da repartição de benefícios. Às vezes, tal processo é tão complicado, que a discussão com as comunidades locais é quase impossível de ser promovida e o processo se desdobra por anos.

### ***Os pedidos nas Filipinas se referiam a que tipo de estudo?***

Biodiversidade em geral. Eram pesquisas mais básicas para estudar taxonomia, criar conhecimento básico sobre diversidade biológica.

### ***Como as comunidades podem se beneficiar dessas pesquisas?***

É difícil usar tal argumento. Não se pode dizer que quando uma pesquisa investiga um aspecto específico da biodiversidade que isso é pelo benefício da sociedade. Há provavelmente um benefício indireto em um longuíssimo prazo. Mas isso não pode ser incluído no pedido de autorização para o estudo.

### ***Qual a conexão entre essa discussão e a COP8? Que preocupações os cientistas pretendem levar aos delegados?***

Estamos elaborando um documento para apresentá-lo em um encontro na COP (previsto para terça-feira, dia 21, à noite). Esperamos que a curto ou longo prazo possamos influenciar o processo, se não nesta COP, pelo menos na próxima.

*O seminário "Biodiversidade - a megaciência em foco" ocorre na av. Visconde de Guarapuava, 2.943, no Centro de Curitiba.*

## COP-8 E MOP-3



Assessoria de Imprensa COP8/MOP3

Fonte: CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica ([http://www.cdb.gov.br/news\\_listing?b\\_start:int=60](http://www.cdb.gov.br/news_listing?b_start:int=60))

MMA – Ministério do Meio Ambiente ([www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br))

Agência Brasil ([www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br))

Ministério das Relações Exteriores